

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - UNOESC -
ÁREA DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

NOELI ZANATTA MILANI

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS ESCOLAS PÚBLICAS
DO PARANÁ (1990-2005)

Joaçaba - SC

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

NOELI ZANATTA MILANI

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS ESCOLAS PÚBLICAS
DO PARANÁ (1990-2005)

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Educação, da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC - Campus de Joaçaba, para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edna Garcia Maciel Fiod

Joaçaba - SC
2007

AGRADECIMENTOS

À minha família:

Em especial, à minha filha Alícia, pedindo perdão pela ausência em momentos importantes da sua vida, que reclamava baixinho, para que eu não percebesse seus lamentos. Ao meu filho, Leonan, que apesar de seu cotidiano intenso, me auxiliava e incentivava para que o desânimo não predominasse nessa caminhada. Ao meu esposo, Valmor, pela colaboração e companheirismo em todos os momentos difíceis. Vocês têm méritos significativos em toda construção dessa pesquisa. Amo-os mais que tudo.

À minha amiga, Neli, pelo companheirismo desmedido e incentivo constante nos períodos de inseguranças e lamentos. Você é um exemplo de persistência e dedicação para todos os profissionais que se dedicam à educação. Uma jóia rara como amiga.

À professora Dr^a Edna Garcia Maciel Fiod, por seu conhecimento e encaminhamento dado a essa pesquisa, demonstrando sempre sua competência e exemplo de educadora e pesquisadora.

À professora Dr^a Maria de Lourdes, pelas significativas contribuições, pela paciência e amizade. Sua sabedoria e palavras animadoras impulsionaram o término desta pesquisa.

A todos os diretores das Escolas Públicas Estaduais de Pato Branco, por me proporcionarem acesso aos dados empíricos que embasaram esse trabalho.

À chefia do GRHS do NRE de Pato Branco, pelo empenho prestado quanto à solicitação dos dados para contextualização dessa pesquisa.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é compreender como as mudanças no mundo do trabalho encontram-se refletidas no trabalho docente paranaense, com base em discussões teóricas desenvolvidas por Marx (1983), Antunes (2005), Albornoz (2002) e Bravermann (1974). O profissional da educação, à semelhança de outros trabalhadores, sofre conseqüências advindas do processo de flexibilização da legislação trabalhista amplamente utilizada nos setores público e privado, tal qual análises feitas por autores como Pochmann (2002) e Alves (2000). Neste trabalho, são investigadas formas de contratação de professores da rede pública estadual do Paraná, cuja amostragem constituiu-se por onze escolas de Ensino Básico do município de Pato Branco. Os dados empíricos evidenciaram que no ensino público paranaense convivem distintas categorias de trabalhadores, conforme formulações sobre o mundo do trabalho feitas por Alves (2000) e Chauí (1999), dentre outros. Em uma mesma escola, coexistem, ao mesmo tempo, professores efetivos e professores contratados em tempo parcial e por tempo determinado. Os primeiros, contratados por meio de concurso público, são protegidos pela legislação trabalhista, enquanto que os outros desprovidos de direitos, formam o contingente dos subcontratados, dos trabalhadores temporários que ora estão empregados, ora desempregados. Os resultados demonstram que os professores temporários ainda são imprescindíveis para o funcionamento das escolas públicas. Em algumas delas, eles ultrapassam o número dos efetivos. Portanto, a coexistência dessas duas categorias de trabalhadores, ao longo dos anos, evidencia uma tendência geral que perpassa a classe do magistério público. Trata-se do movimento de precarização do trabalho docente. Essas constatações desmistificam certas crenças de que no serviço público estatal os professores possuem melhores condições de trabalho, portanto, que eles são detentores de privilégios que não existem para outras categorias de trabalhadores.

Palavras-chave: Educação. Precarização. Trabalho docente. Políticas públicas.

ABSTRACT

The objective of this research is to understand how changes in the world of work are reflected in the work professor paranaense, based on theoretical discussions developed by Marx (1983), Antunes (2005), Albornoz (2002) and Bravermann (1974). In this work, are investigated forms of recruitment of teachers in the public state of Paraná, whose sample was composed of eleven schools in primary education from the municipality of Pato Branco. Empirical data showed that in the public education paranaense together different categories of workers, as formulations on the world of work by Alves (2000) and Chauí (1999), among others. In the same school, coexist at the same time, teachers and effective teachers hired part-time and on time. The first, contracted through public tender, are protected by labor law, while the other devoid of rights, form the contingent of subcontractors, of temporary workers who are currently employed, or unemployed. The results demonstrate that the temporary teachers are still vital for the functioning of public schools. In some of them, they exceed the number of effective. So the coexistence of these two categories of workers over the years, which shows a general trend colours of the class teaching public. It is the movement of precarious labour teacher. These findings desmistificam certain beliefs that no public service state teachers have better working conditions, therefore, they are holders of privileges that do not exist for other categories of workers.

Key-words: Public education. Impoverishment. Pedagogical work. Public policy.

LISTA DE GRÁFICOS

Quadro1	Comparação dos direitos do professor efetivo e temporário.....	47
Gráfico 1	Evolução do quadro de professores efetivos e temporários, nos anos 2000 e 2005, do NRE de Pato Branco.....	58
Gráfico 2	Professores efetivos e temporários entre os anos 1991 a 2005, da Escola Estadual Carmela Bortot - Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries).....	64
Gráfico 3	Total de professores - efetivos e temporários - entre os anos 1991 a 2005 do Colégio Estadual Carlos Gomes - Ensino Fundamental Médio.....	65
Gráfico 4	Número de professores efetivos e temporários de 1992 a 2005 do Colégio Estadual Castro Alves - Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) e Ensino Médio.....	68
Gráfico 5	Total de professores - efetivos e temporários - entre os anos 1992 a 2005 da Escola Estadual Cristo Rei - Ensino Fundamental (5/8ª séries).....	70
Gráfico 6	Total de professores efetivos e temporários entre 1992 a 2005 - Escola Estadual São Roque - Ensino Fundamental (5/8ª séries).....	72
Gráfico 7	Total de professores efetivos e temporários entre 1994 a 2005, do Colégio Estadual Professor Agostinho Pereira - Ensino Fundamental (5/8ª séries) e Médio.....	73
Gráfico 8	Total de professores - efetivos e temporários entre 1994 a 2005, da Escola Estadual Rui Brabosa - Ensino Fundamental (5/8ª séries).....	75
Gráfico 9	Total de professores efetivos e temporários entre 1996 a 2005 do Colégio Estadual São João Bosco - Ensino Fundamental (5/8ª série) e Médio.....	76
Gráfico 10	Total de professores- efetivos e temporários, entre 1996 a 2005, Colégio Estadual São João - Ensino Fundamental e Médio.....	78
Gráfico 11	Total de professores efetivos e temporários entre 1998 a 2005 no Colégio Estadual Pato Branco - Ensino Fundamental (5/8ª séries), Médio e Profissional.....	79

Gráfico 12 Total de professores efetivos e temporários entre 1999 a 2005, do Colégio Estadual La Salle - Ensino Fundamental e Médio..... 80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Total de professores efetivos e temporários entre os anos 2000 e 2005, lotados do NRE de Pato Branco.....	58
Tabela 2	Total de professores efetivos e temporários entre 2004 e 2005 dos 32 Núcleos Regionais de Educação (NRE's) do Estado do Paraná.....	60
Tabela 3	Porcentagem do aumento dos professores efetivos e temporários nos NRE's de Educação do Estado do Paraná.....	62
Tabela 4	Número de professores efetivos e temporários entre 1991 a 2005, na Escola Estadual Carmela Bortot - Ensino Fundamental.....	63
Tabela 5	Número de professores efetivos e temporários entre 1991 a 2005, no Colégio Estadual Carlos Gomes - Ensino Fundamental e Médio.....	65
Tabela 6	Número de professores efetivos e temporários entre 1992 a 2005, no Colégio Estadual Castro Alves - Ensino Fundamental e Médio.....	67
Tabela 7	Número de professores efetivos e temporários entre 1992 a 2005, Escola Estadual Cristo Rei - Ensino Fundamental.....	69
Tabela 8	Número de professores efetivos e temporários entre 1992 a 2005, na Escola Estadual São Roque - Ensino Fundamental.....	71
Tabela 9	Número de professores efetivos e temporários entre 1994 a 2005, no Colégio Estadual Prof. Agostinho Pereira - Ensino Fundamental e Médio.....	73
Tabela 10	Número de professores efetivos e temporários entre 1994 a 2005, da Escola Estadual Rui Barbosa - Ensino Fundamental.....	74
Tabela 11	Número de professores efetivos e temporários entre 1996 a 2005, no Colégio Estadual São João Bosco - Ensino Fundamental e Médio.....	76
Tabela 12	Número de professores efetivos e temporários entre 1996 a 2005 no Colégio Estadual São João - Ensino Fundamental e Médio.....	77
Tabela 13	Número de professores efetivos e temporários entre 1998 a 2005, no Colégio Estadual Pato Branco - Ensino Fundamental e Médio.....	78
Tabela 14	Número de professores efetivos e temporários que atuaram no Colégio Estadual La Salle - Ensino Fundamental e Médio.....	80

Tabela 15	Porcentagem de professores nas Escolas públicas estaduais - Ensino Fundamental e Médio entre os anos de 2004 e 2005.....	82
-----------	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

ACT	Admissão de Caráter Temporário.
APP	Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná.
CLT	Consolidações das Leis do Trabalho.
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente.
ENC	Exame Nacional de Cursos.
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio.
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
FUNDEF	Departamento de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica.
GEREI	Gerência Regional da Educação de Santa Catarina.
GRHS	Departamento de Gerenciamento de Recursos Humano.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
NRE	Núcleo Regional da Educação.
PEPR	Professores Contratados Pelo Paranaeducação.
QPM- P	Professores do Quadro Próprio do Magistério.
QUP	Professores do Quadro Único de Pessoal.
REPR	Regime Especial - Professor.
SEAB	Sistema Nacional de Avaliação Básica.
SEED	Secretaria do Estado da Educação do Paraná.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
CNTE	Confederação Nacional dos Professores em Educação.
SAS	Sistema de Assistência à Saúde dos professores e funcionários do Estado do Paraná.
PDE	Programa de Desenvolvimento Educacional.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 AS NOVAS CONFIGURAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO.....	17
2.1 O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	17
2.2 TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	21
2.3 TRABALHO: COMPLEXIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO.....	24
3 TRABALHO NO BRASIL E A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA.....	30
3.1 O TRABALHO TEMPORÁRIO DO SETOR PÚBLICO NO BRASIL.....	33
3.2 O TRABALHO TEMPORÁRIO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA.....	36
3.3 TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO PARANÁ.....	38
3.4 TRABALHO DOCENTE PARANAENSE.....	45
3.4.1 Direitos do professor efetivo e do professor temporário.....	47
3.4.2 Trabalho docente: lassidão ou dureza?.....	49
4 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO MAGISTÉRIO PARANAENSE.....	57
4.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL PÚBLICA DO PARANÁ.....	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	88

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o mundo do trabalho vem sofrendo grandes mutações compelidas pelas alterações no modo de criação da riqueza e, portanto, da vida, a nível global. As idéias neoliberais refletem um suposto novo cenário no que tange às relações trabalhistas. A flexibilização da legislação trabalhista e o recuo dos direitos históricos dos trabalhadores são os resultados mais visíveis desse processo. A intensificação da exploração da força de trabalho e o desemprego corroboram no aumento de um contingente de trabalhadores precarizados que podem ser contratados de forma diferenciada para desempenharem as mesmas funções dentro de uma mesma empresa.

O trabalho estável, com carteira assinada, nunca foi e continua não sendo predominante no mundo do trabalho. Distintas categorias de profissionais estão sendo alijados de seus direitos por meio de uma legislação que garante interesses do capital. As metamorfoses do mundo do trabalho atingem os trabalhadores, em geral, conforme explica Antunes (2005, p. 175-176):

Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitais, interempresas e interpotências políticas do capital, mais nefastas são suas conseqüências. [...] destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade descartável”, que joga fora tudo o que serviu como “embalagem” para as mercadorias que destrói o meio ambiente.

Tendo por base o exposto, o aspecto que mais nos chama a atenção em relação ao trabalho docente nas escolas públicas paranaenses, e, em especial, nas escolas públicas do município de Pato Branco, região Sudoeste do Estado do Paraná, é que o ano letivo, na rede pública estadual, inicia-se sempre com um reduzido número de professores efetivos, pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério¹ (QPM). Esse fato tem-se acentuado, principalmente, a partir da última década do século XX. O que se nota, em geral, é que são apenas esses professores

¹ Professores efetivos, com carga horária de 20 e 40 horas.

que participam da Semana Pedagógica², cujas atividades didático-pedagógicas antecedem o trabalho docente e são obrigatórias em cada escola.

Tal situação, visível no início do ano letivo, tem acarretado prejuízo aos alunos, uma vez que estes ficam sem aulas, às vezes, por mais de vinte dias. Após esse período conturbado, é comum aparecerem professores “contratados temporariamente” para suprir essa necessidade.

Isso tem causado sentimentos de desconfiança no relacionamento entre os docentes efetivos e os “recém-contratados” ou celetistas³. As razões do aparecimento desse sentimento são muitas. A principal delas refere-se ao pouco contato existente entre os professores efetivos e os temporários, em parte, devido à sobrecarga de trabalho que impede encontros pedagógicos ou de outra natureza para a troca de experiências, de idéias, enfim, de diálogo entre eles. Desse modo, na escola, não se forma um coletivo, o que dificulta as lutas comuns. De um lado, estão os professores efetivos, de outro, os substitutos/temporários. E, nas mobilizações de reivindicação por melhores condições de trabalho, por melhores salários e por menor carga horária, apenas os professores efetivos se engajam no movimento. Ou seja, os profissionais contratados, por tempo determinado, mantêm-se alheios à causa. Portanto, o que se nota é que quando se trata de assumir aulas, o grupo de docentes é numeroso, por outro lado, quando se trata de lutar pelos direitos de todos, o grupo diminui sensivelmente, não contando com a presença de docentes substitutos. Essa situação em que os professores temporários permanecem trabalhando enquanto os docentes efetivos encontram-se com suas atividades paralisadas, além de fragilizar relações entre eles, enfraquecem movimentos de lutas dessa categoria de trabalhadores. Conseqüentemente, os efetivos são criticados pelos pais dos alunos e pela comunidade.

² A Semana Pedagógica consiste justamente em uma semana para a realização de atividades didático-pedagógicas coletivas. Trata-se do período em que se elaboram os planejamentos anuais, discutem-se projetos que deverão ser executados no decorrer do ano, dentre outros assuntos ligados à prática educativa.

³ “A contratação do celetista é feita por teste seletivo e a do estatutário por concurso público. O estatutário segue a legislação criada pelo Estado para seus funcionários através da Lei estadual nº 6.174/70. O celetista segue a legislação da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, criada a partir do decreto lei 5.452 de 1º de maio de 1943. Quanto às férias, o estatutário tem direito a 60 dias de férias ao ano, dos quais pelo menos 30 são consecutivos e usufruídos em período de recesso escolar. Já os celetistas podem desfrutar de 30 dias férias ao ano. Ambos têm direito ao 13º salário. Somente o celetista têm direito a 1/6 referente ao repouso semanal remunerado (o valor é pago separadamente e não é incorporado ao salário como ocorrem com o estatutário) e também pode sacar o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), três anos após demitir-se. Já o adicional (acréscimo de cinco por cento aos vencimentos a cada quinquênio), as promoções e a estabilidade no emprego são direitos que apenas os estatutários têm”. (SEED, 1999, p. 9).

É preciso esclarecer que os docentes contratados temporariamente⁴ não pertencem ao Quadro Próprio do Magistério, e desse modo, não podem se filiar à Associação dos Trabalhadores da Educação do Paraná (APP), o que reforça a sua não participação nas lutas características do magistério.

Esse fato evidencia que, com o passar dos anos, tem havido uma acentuada degradação nas condições de trabalho docente na rede pública do Estado do Paraná. Com isso, o Estado não enfrenta resistências na imposição de formas diferenciadas de contratação de docentes acentuando, nesse sentido, a precarização do trabalhador da educação, seja dos efetivos ou dos temporários.

Por conseguinte, nota-se, que as alterações objetivas do mundo do trabalho atingem a subjetividade dos que trabalham na educação. A diversificação dos professores, em categorias, quebra sua resistência e poder de combate contra a precarização do trabalho, à semelhança de outras profissões.

É sobre esse pano de fundo que se explicita o objetivo do presente estudo: analisar de que modo o trabalho docente da escola pública vem sendo atingido pelas mutações que ocorrem no mundo do trabalho, sobretudo, a partir da década de 1990, período em que se fortaleceu a chamada desregulamentação do trabalho. Ou seja, busca-se compreender de que modo o trabalho docente na rede pública, especificamente, no Estado do Paraná, tem sido atingido pelas metamorfoses do mundo do trabalho, em especial, na última década do século XX e início do século XXI (1990-2005).

O interesse por esse tema surgiu devido à constatação de que há muito tempo (há mais de quinze anos) desfilam no cenário educacional as mais diversas situações, por vezes, constrangedoras, a que está submetido o quadro docente nas escolas públicas paranaenses.

Para tanto, buscou-se analisar as formas de vínculos empregatícios docentes no referido período. Para a amostragem, a pesquisa empírica empenhou-se em levantar os vínculos empregatícios utilizados na contratação de professores para a rede pública estadual, na cidade Pato Branco, entre os anos de 1990 a 2005⁵. Esta delimitação foi feita com base em alguns aspectos, quais sejam: a) pela constatação de que, a partir desse período, há um acentuado aumento dos contratos temporários

⁴ Os contratos de trabalho temporários encerram-se ao final de cada ano civil.

⁵ Os dados coletados foram somente de professores efetivos e temporários que atuam no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries e Ensino Médio.

de trabalho; e, b) pelos dados obtidos, os quais abrangeram o período de 1990 a 2005.

Para se analisar tal situação, buscaram-se dados em algumas instituições educacionais, quais sejam: Núcleo Regional de Educação de Pato Branco (NRE), Secretaria de Estado da Educação (SEED) e em escolas de Ensino Básico pertencentes à rede pública estadual, nessa mesma cidade. O Núcleo Regional de Educação de Pato Branco foi escolhido por reunir setenta (70) escolas estaduais de Ensino Básico nesse município; a SEED porque se supunha que a mesma agregava dados em relação a vínculos empregatícios dos docentes, por Núcleo Regional, por ano (o que não se verificou); e, onze (11) escolas de Ensino Básico⁶, sediadas na zona urbana e rural do referido município, pertencentes ao NRE, por serem as que mais têm dados em relação à contratação docente, no período estabelecido para esta pesquisa.

Cabe aqui explicitar ainda, as categorias que compuseram a busca nessa investigação: 1) número de professores efetivos, que são os que compõem o Quadro Próprio do Magistério (QPM-P) público estadual; 2) o número de professores temporários, que se dividem em três categorias: a) TF57-T (Professores de 5ª a 8ª séries e Ensino Médio - Teste seletivo); b) os PEPR (Professores de 5ª a 8ª séries e Ensino Médio, Contratados pelo Paranaeducação⁷); e, c) o REPR (Regime Especial-Professor de 5ª a 8ª séries e Ensino Médio). Estes últimos (a, b, c), neste trabalho, são denominados como professores temporários ou, professores não efetivos, portanto, contratados por tempo determinado.

Com este procedimento, tornou-se possível fazer um levantamento do número de professores efetivos e de temporários, nessas onze escolas, no período delimitado, cuja finalidade foi a de verificar a composição do quadro docente nas mesmas. Além disso, explicitar, em cada uma delas, o número de docentes efetivos comparando-os com os dos temporários.

⁶ 1) Escola Estadual Carmela Bortot - Ensino Fundamental; 2) Colégio Estadual Carlos Gomes - Ensino Fundamental e Médio; 3) Colégio Estadual Castro Alves - Ensino Fundamental e Médio; 4) Escola Estadual Cristo Rei - Ensino Fundamental; 5) Escola Estadual São Roque - Ensino Fundamental; 6) Colégio Estadual Agostinho Pereira - Ensino Fundamental e Médio; 7) Escola Estadual Rui Barbosa - Ensino Fundamental; 8) Colégio Estadual São João - Ensino Fundamental e Médio; 9) Colégio Estadual São João Bosco - Ensino Fundamental e Médio; 10) Colégio Estadual Pato Branco - Ensino Fundamental e Médio; 11) Colégio Estadual La Salle - Ensino Fundamental e Médio.

⁷ Sobre o Paranaeducação há explicações mais adiante, no terceiro capítulo.

Em resumo, a coleta de dados ocorreu nos seguintes locais: a) no Núcleo Regional de Educação (NRE)⁸, de Pato Branco-PR, junto à Chefia, bem como no Departamento de Gerenciamento de Recursos Humanos (GRHS); b) nas secretarias das onze escolas estaduais de Ensino Básico de Pato Branco, universo maior desta pesquisa.

Para isso, foram necessários vários momentos de conversação informal, previamente marcados com a Direção e/ou com os funcionários das secretarias dos referidos estabelecimentos, aos quais eram explicados os objetivos deste estudo.

Notou-se uma certa resistência, por parte dos funcionários que trabalham no Departamento de Gerenciamento de Recursos Humanos (GRHS), do Núcleo Regional de Educação de Pato Branco, no que tange ao fornecimento de informações sobre a composição do quadro docente das escolas públicas estaduais de Ensino Fundamental e Médio. De acordo com os mesmos, seria impossível coletar dados junto ao Núcleo devido à falta de arquivos e de relatórios anuais computadorizados sobre os professores temporários. Foram necessárias várias tentativas para que a obtenção de dados se concretizasse.

Em relação às informações coletadas, o que mais se sobressaiu foi a dificuldade em se conseguir dados sobre o quadro docente em razão das precárias informações arquivadas nas instituições educativas pesquisadas. Assim, foi necessário investigar escola por escola, devido à falta de centralização de informações na SEED ou no NRE.

A presente pesquisa caracterizou-se como um estudo descritivo-analítico tendo por base a documentação obtida junto às instituições educacionais relacionadas, no período entre 1990 a 2005, bem como bibliográfico. Descritivo porque se dispôs a descrever as principais características do objeto estudado. Analítico porque se buscou analisar os fatores que determinam tais objetos. E bibliográfico porque correspondeu a um estudo sistemático, desenvolvido com base na literatura existente sobre o tema, e, documental, acessoriamente, no que se refere a documentos fornecidos por essas instâncias educativas, no seu conjunto, cujos dados estão materializados pelos quadros e gráficos apresentados no corpo do texto.

⁸ Trata-se do 12.º Núcleo Regional de Educação, órgão pertencente à Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED).

Esta pesquisa está organizada em três capítulos, quais sejam: no primeiro, são tratadas as dimensões do mundo do trabalho, sobretudo, aquelas que se referem às mudanças e às novas configurações do mundo do trabalho, as quais vão se complexificando cada vez mais. No segundo capítulo, é feita a análise sobre como se caracteriza, atualmente, a classe trabalhadora no Brasil, abordando-se, para tal, o trabalho temporário que se expande por todo mundo, bem como na escola pública. O processo de terceirização também é abordado no segundo capítulo, mais especificamente, no Estado do Paraná, tomando como ponto de referência os professores da escola pública do município de Pato Branco - PR. No terceiro capítulo são apresentados os dados coletados nas Escolas Estaduais deste município, materializados em Quadros e Gráficos (1 a 14), nos quais são analisados o número de professores contratados por meio de concurso público (os efetivos), o número de professores que têm atuado nestas instituições com contratos temporários, e as formas de contratação destes. Por fim, apresentam-se algumas considerações finais.

Na seqüência, damos início a essa pesquisa, em conformidade com os objetivos da mesma. Com isso, buscou-se, então, entender como surgiu o trabalho, suas concepções, suas mudanças e as suas novas configurações.

2 AS NOVAS CONFIGURAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

2.1 O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

As mudanças no processo de trabalho, nas últimas décadas, têm atingido, substancialmente, os trabalhadores, sem exceção. Para entender o trabalho contemporâneo, é necessário situá-lo, pois, historicamente. Para Marx, o trabalho na sociedade capitalista é movimento de criação de mercadorias.

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente força de trabalho em ação, trabalhador. Para o trabalho reaparecer em mercadorias, tem de ser empregado em valores-de-uso, em coisas que sirvam para satisfazer necessidades de qualquer natureza. O que o capitalista determina ao trabalhador produzir é, portanto um valor-de-uso particular, um artigo especificado. A produção de valores-de-uso não muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle. (MARX, 1983, p. 201-202).

Marx define trabalho como sendo um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. (ibid, p. 202). Faz distinção entre o animal e o homem comparando o trabalho de uma abelha com o de um arquiteto. Para ele, o pior arquiteto é capaz de superar a abelha que faz com perfeição sua colméia. O que diferencia os homens dos animais é que, o homem, antes de executar algo, idealiza, representa, de modo que sua ação se torna consciente. No final da obra, o arquiteto tem por resultado aquilo que estava pensado (Idealizado).

Mas, o trabalho, como afirma Marx (1983, p. 220), não se faz segundo a vontade, mas dentro de condições dadas. Na sociedade capitalista:

O produto, de propriedade do capitalista, é um valor-de-uso, fios, calçados etc. [...] Na produção de mercadorias, produz valor-de-uso apenas enquanto forem detentores de valor-de-troca. [...] Quer produzir uma mercadoria de

valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-las, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor- de- uso quer produzir mercadoria, além de valor-de-uso, valor, não só valor, mas também valor excedente (mais valia).

Portanto, trabalhar na sociedade capitalista não significa apenas criar coisas úteis, mas fornecer trabalho excedente (mais valia), condição de valorização do capital.

A mais-valia é uma forma de exploração. O trabalhador vende ao capitalista sua força de trabalho em troca de um salário. O capitalista se apropria do trabalho excedente, isto é, daquela parte da jornada de trabalho que ultrapassa o trabalho necessário à produção da vida do operário. O controle do processo de produção tem como objetivo fazer com que os trabalhadores produzam cada vez mais, com menos tempo, uma quantidade superior de riqueza.

Para Figueira (1989), o trabalho aparece como algo natural. Por isso, recorre a um conto russo ⁹e à Ideologia Alemã¹⁰, para recolocar em debate a questão do trabalho.

O conto presta-se a tanto porque permite observar que é pela ausência que os homens se dão conta da necessidade do trabalho. Enquanto o trabalho assegura suas existências, os homens o vêem como absolutamente natural. [...] só quando ele falta, isto é, quando por qualquer razão o trabalho não se realiza e, portanto, os homens não podem mais subsistir na *sua forma anterior, forma que era assegurada exatamente por este trabalho*, neste momento - e só então, repetimos- é que os homens vêem, pensam, sentem que sua existência não é uma coisa natural. Sua existência é histórica. Eles existem como formas determinadas do trabalho. (FIGUEIRA, 1985, p. 27-28).

Por conseguinte, cada sociedade confere ao trabalho um significado histórico, o qual advém das relações humanas. Os primeiros grupos humanos dependiam totalmente da natureza para sua sobrevivência. Alimentavam-se da caça, da pesca e da coleta de frutos e raízes. Quando o alimento se tornava escasso, saíam à procura

⁹ Ler ANDREIEV, Leonidas - (1871-1922). "A Conversão do Diabo". In: Maravilhas do Conto Russo. Para Figueira, o conto se presta para exemplificar o dogma. A autora mostra que o dogma torna-se um horror para o diabo que quer se converter. Como tal, ela duvida que ele sirva para explicar a vida, pois dela subtrai toda e qualquer contradição, e assim, suprime a história. Esse conto excepcional é utilizado para evidenciar que a vida humana é criada em um campo de forças em luta.

¹⁰ Marx, na Ideologia Alemã (1977), responde à questão secular de saber-se o que é o homem e, com isso, dá elementos para entender porque só diante da negação do trabalho é que os homens pensam nele.

deste em outras regiões por meio da prática do nomadismo. Nesse período utilizavam sua força de trabalho apenas para suprir suas necessidades fisiológicas. De acordo com Albornoz (2002, p. 16):

O trabalho neste primeiro estágio da economia isolada e extrativa é um esforço apenas complementar ao trabalho da natureza. [...] a economia que a cerca aparenta uma simplicidade da qual nos esquecemos em nossas redes de produção modernas. Pois na tribo não há excedentes- nem, portanto, o problema da acumulação de riquezas nas mãos de alguns. [...] Nas comunidades isoladas o trabalho serve apenas indiretamente à subsistência.

Num estágio posterior, o homem descobre, então, que por meio de seu trabalho pode produzir seu próprio alimento. Cria, assim, instrumentos de trabalho para plantar e caçar. Surge no interior dessas comunidades primitivas a divisão do trabalho.

As relações de desigualdade se acentuam com o surgimento do excedente. As conquistas territoriais supõem instrumentos de guerra. As comunidades com armamentos mais poderosos é que dominam e fazem dos outros, seus escravos.

Anterior à sociedade capitalista, o trabalho era visto como uma desonra para um homem livre, pois o trabalho era coisa de escravo. Trabalhar era considerado castigo e degradação.

Essa idéia aparece nas sociedades escravistas antigas, como a grega e a romana, cujos poetas e filósofos não se cansam de proclamar o ócio um valor indispensável para a vida livre e feliz, para o exercício da nobre atividade da política, para o cultivo do espírito, vendo o trabalho como pena que cabe aos escravos e desonra que caem sobre homens livres pobres. (CHAUI, 1999, p. 11).

O excedente agrícola incentiva e fortalece as trocas, e com isso, o comércio nas cidades. Com a expansão comercial surge uma nova classe social: a burguesia. Constituídos em ricos comerciantes passam a disputar poder com senhores feudais e reis.

Os mais bem sucedidos entre tais comerciantes empregavam trabalhadores - artesãos, carregadores, marinheiros, artistas, criadores domésticos, e aos poucos se estabelece uma hierarquia baseada no dinheiro e um mercado onde os produtos agrícolas podem ser vendidos por dinheiro. Tais burgos, cujo surgimento na história medieval européia bem como na modernidade latino-americana é fácil de reconhecer e acompanhar, são os nascedouros desta classe- a burguesia, que ainda no mundo de hoje é a classe dominadora em nossas sociedades capitalistas, sendo quem determina em grande parte as formas pelos quais se realiza hoje o trabalho. (ALBORNOZ, 2002, p. 20-21).

Somente com a ascensão da sociedade burguesa é que o trabalho deixa de ser apreendido como castigo, ou maldição. O homem se reconhece como criador e fruto de sua própria atividade. O trabalho passa a ser visto como um estímulo para o desenvolvimento dos seres humanos.

O trabalho tem um significado intrínseco. As razões para trabalhar estão no próprio trabalho e não fora dele ou em qualquer de suas conseqüências. A satisfação do trabalho não decorre da renda, nem da salvação, sequer do status ou do poder sobre outras pessoas, mas do processo técnico inerente [...]. As nascentes relações capitalistas e o desenvolvimento da ciência e da técnica acarretam umas novas atitudes com relação às atividades humanas vinculadas à transformação da natureza, as quais já recaem - como na antigüidade - sobre escravos, mas sobre homens livres. (ALBORNOZ, 2002, p. 59).

O trabalho, anterior ao capitalismo, destina-se à satisfação de necessidades humanas. Todo trabalho é trabalho produtivo. Entretanto, nesta sociedade, ser produtivo significa fornecer trabalho excedente para o capitalista.

A Revolução Industrial do século XVIII mostra que ao trabalhador não resta alternativa senão vender sua capacidade de trabalho aos proprietários dos meios produtivos. Os homens livres, nas fábricas, tornam-se auxiliares de máquinas que não lhe pertencem. Por isso, trabalham para o outro, mediante um salário.

É a partir dessa ruptura que a consciência passa a supor-se como separada e superior à prática; é a partir desse momento que o trabalho intelectual se separa do manual, sobrepondo-se a realidade, emancipando-se do mundo, reificando-se. Em decorrência, o exercício das funções intelectuais e manuais, o lazer e o trabalho, o consumo e a produção, passam a caber a indivíduos distintos na sociedade, a partir das determinações de classe. [...]. O que é inseparável no homem, passa a ser separado nas relações sociais, desqualificando-se e desumanizando-se o trabalho através de sua divisão técnica; destituído de suas qualidades de criação e reflexão, o trabalho

perde sua característica fundamental, igualando-se ao trabalho animal, no momento em que se converte num conjunto de ações repetitivas, fragmentadas e desinteressantes. (KUENZER, 1988, p. 19).

Por sua vez, de acordo com Antunes (2005, p. 130):

A racionalização própria da indústria capitalista moderna tende, ao ser movida pela lógica do capital, a eliminar as propriedades qualitativas do trabalhador, pela decomposição cada vez maior do processo de trabalho em operações parciais, operando-se uma ruptura entre o elemento que produz e o produto deste trabalho. Este é reduzido a um nível de especialização, que acentua a atividade mecanicamente repetida. E essa decomposição moderna do processo de trabalho, de inspiração taylorista, penetra até a “alma” do trabalhador. Tem-se no plano de consciência, a coisificação, a reificação; o trabalho estranho converte-se num forte obstáculo à busca da omnilateralidade e plenitude do ser. Não é casual, diz A. Heller, que Marx enfatize vigorosamente o fato de que o capitalismo produza necessidades “múltiplas e ricas”, na mesma medida em que provoca o empobrecimento dos homens e converte o trabalhador em um ser “isento de necessidades”.

No capitalismo monopolista, o trabalhador não trabalha apenas para atender as suas necessidades, como no passado. Ele precisa fornecer trabalho excedente. Quanto mais avança a tecnologia, mais degradante se torna a vida do trabalhador e suas condições de trabalho. O desemprego e a precarização do trabalho se acentuam a cada avanço da produtividade que torna grande parte da classe trabalhadora, supérflua, passível de ser substituída por máquinas cada vez mais velozes.

2.2 TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O ritmo do trabalho intensifica-se no século XX, sobretudo no último quartel do século. O objetivo e o conteúdo do sistema capitalista é a obtenção cada vez maior dos lucros em menor tempo possível de trabalho. Para que este objetivo se efetive, é necessário um controle cada vez mais intenso do tempo e do trabalhador. Surge assim, o taylorismo que se difunde no mundo todo. Segundo essa concepção, é preciso existir um planejamento científico de tarefas de modo a aproveitar ao

máximo o tempo de trabalho. A divisão e a intensificação do trabalho aumentam, sobretudo na produção fordista. O operariado nessa forma produtiva é desqualificado por meio do trabalho repetitivo, ou, devido à execução de um número limitado de gestos durante sua jornada de trabalho.

A automação da produção torna-se geral. A produção de mercadoria passa se acelera superando a produção artesanal. Antunes (2005, p. 25) compreende o fordismo “como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo desse século”.

Na década de 1970, contudo, outros modos de produção, ou de acumulação se fazem necessários. É nesse cenário que surge a chamada produção flexível¹¹, cuja expressão importante é o toyotismo.

O Japão passa a concorrer com empresas norte-americanas. A produção deixa de ser feita em série como na era fordista e se faz segundo demandas do mercado. A produção toyotista utiliza uma tecnologia avançada e estratégias de controle de qualidade e de produção adequadas às necessidades do momento.

De acordo com Antunes (2005, p. 34), os traços constitutivos básicos do toyotismo são: ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. Portanto, quem determina o que será produzido é o consumo e, por isso, a produção sustenta-se na existência do estoque mínimo. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção é garantido pelo *Just in time*¹².

Não é o objetivo deste texto aprofundar essas questões¹³ advindas de formas diferenciadas utilizadas pelos capitalistas no processo de produção de mercadorias. O que se pretende é apontar algumas conseqüências acarretadas no interior do mundo do trabalho ocorridas a partir desse cenário denominado pós-fordista ou acumulação flexível.¹⁴

¹¹ Harvey nos diz que essa fase de produção é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. (...) envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (HARVEY, apud ANTUNES, 1995, p. 29).

¹² Produção adequada às vendas, sem grandes estoques.

¹³ Taylorismo, Fordismo e Toyotismo.

¹⁴ Para aprofundar melhor o tema recomendamos a leitura do livro de David Harvey. “A Condição Pós-moderna”. 1989.

Com a produção flexível, o trabalhador passa a operar várias máquinas. A exigência passa a ser a polivalência. Um só operário deve realizar o trabalho de vários operários, por um período curto de tempo.

Kanban, jus in time, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, entre outros tantos elementos, propagam-se intensamente. (ibidem p. 34).

Gounet (1991, p. 41, apud ANTUNES, 2005, p. 35), mostra que:

O sistema toyotista supõe uma intensificação de exploração do trabalho, quer pelo fato de que os operários atuam simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer pelo sistema de luzes (verde= funcionamento normal; laranja= intensidade máxima, e vermelha= há problemas, deve-se reter a produção) que possibilitam ao capital intensificar - sem estrangular - o ritmo produtivo do trabalho.

Para que se efetive a flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores, afirma Antunes (2005). Para ele, o toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, por meio de horas extras trabalhadores temporários ou subcontratados dependendo das condições do mercado. (idem).

Gounet (ibid) afirma que o mundo do trabalho adquire outras características:

Ao invés do trabalho desqualificado, o operário torna-se polivalente. Ao invés da linha individualizada, ele se integra numa equipe. Ao invés de produzir veículos em massa para pessoas que não conhece, ele fabrica um elemento para a “satisfação” da equipe que está na seqüência da sua linha. (GOUNET, 1991, p. 43, apud. ANTUNES, 2005, p. 37).

Com a aplicação de tecnologia de ponta e com o desenvolvimento da ciência, a extração do sobretrabalho aumenta ainda mais e, na medida em que essa tecnologia é aplicada nas fábricas, decresce o número de trabalhadores. A maioria

dos postos de trabalho tornam-se precários e com trabalhadores subcontratados, terceirizados e temporários.

À medida que acontece a precarização do mundo do trabalho, e principalmente a diminuição dos direitos trabalhistas, aumenta a competitividade entre os trabalhadores para preencher as poucas vagas de trabalho. Essa competitividade vai exigir do trabalhador novas especializações. Ou se especializa de acordo com a demanda capitalista e consegue vender sua força de trabalho para sobreviver, ou deverá desenvolver um trabalho precário, para manter-se vivo, ou ainda fará parte do grupo de milhões de desempregados que o próprio sistema capitalista descartou.

Entretanto, o Estado foi e continua sendo o principal regulador do modo de trabalho nas sociedades mais complexas. É ele quem determina e fragiliza os exércitos de empregados e desempregados. O capitalismo é real e predominante em todos os países. Mas para se manter ou se efetivar necessitou dessa instituição/Estado como um intermediário. Esse tema será aprofundado no segundo capítulo.

2.3 TRABALHO: COMPLEXIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

Na contemporaneidade, tem crescido a insegurança em relação ao trabalho em todos os sentidos. O trabalho assalariado, algo que parecia natural e eterno, está se tornando cada vez mais escasso. Em contrapartida, cresce o contingente dos desempregados que assumem distintas formas tais como temporários, sazonais, parciais, empregados por tarefas, vendedores ambulantes, terceirizados, trabalho em domicílio.

O avanço tecnológico e o fracasso da Ordem Econômica Liberal fortalecem ainda mais a insegurança no mundo do trabalho. Está em curso uma transição nas formas de segurança socioeconômicas que foram constituídas após o fracasso da Ordem Econômica Liberal nos anos 30, diante da depressão de 1929 e das duas guerras mundiais motivadas por disputas de maior aceno aos mercados internacionais. Parte das novas ocupações é permitida sem acesso aos mecanismos de proteção social e trabalhista, ao mesmo tempo em que as modificações no papel do Estado rumam à descentralização e focalização de suas ações termina por deixar parcelas sociais excluídas. (POCHMANN, 2002, p. 9-10).

Emprego estável, fixo, com direitos legalmente estabelecidos está se tornando uma raridade. Impõem-se o trabalho em condições precárias. O aumento de trabalhadores desempregados contribui ainda mais para a fragmentação da classe dos trabalhadores e impede que mecanismos de acesso à segurança social e trabalhista se efetivem.

Segundo Braverman (1974, p. 319),

antes de qualquer coisa, a classe trabalhadora é a parte animada do capital, a parte que acionará o processo que faz brotar do capital total seu aumento de valor excedente. Nessa condição, a classe trabalhadora é antes de tudo matéria-prima para exploração.

O efeito mais violento do avanço tecnológico, da mundialização econômica e do neoliberalismo que ocorrem no final do século XX, é o aumento acelerado na era moderna, do desemprego (substituição do homem pela máquina) ou, do triunfo do trabalho passado sobre o trabalho vivo e a intensificação da exploração que atinge trabalhadores no mundo todo.

As idéias neoliberais transformaram o assalariado clássico, da lógica do emprego permanente, dos acordos e regulamentos protetores, dos salários calculados automaticamente em novas formas de organização do trabalho e da empresa. Outras noções se generalizam: autonomia, gestão e contratação flexível, ajustes permanentes na duração e na qualidade do trabalho; vínculo estrito entre salário e desempenho; individualização das remunerações; percursos profissionais não padronizados (os chamados ziguezagues na história de vida profissional). (BRIDGES, apud MORAES, 2001, p. 40-41).

De um lado, são reduzidos os operários das fábricas e, de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e temporário também no setor de serviços. Com a incorporação do trabalho feminino, jovens e velhos são excluídos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. Esse processo inclui uma diversidade e/ou tipos de trabalhadores que são: os temporários, os de tempo parcial e terceirizados. O capital nunca necessitou de trabalho estável ou fixo apenas de uma pequena parcela. Dessa forma, descarta e torna supérflua uma grande parte dos trabalhadores.

A sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou part-time, terceirizado, que são em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista. Terceirização essa que atinge tanto os trabalhadores manuais, como os trabalhadores intelectuais, que dispõem do que Bourdieu chamou de maior capital cultural, mas que também têm sido intensamente terceirizados. (ANTUNES, 2005, p. 34).

Paralelamente a essa tendência, de acordo com Antunes (1995, p. 52),

[...] há outra também significativa, dada pelo subproletariado do trabalho, presentes nas formas do trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, "terceirizado", vinculados à "economia informal", entre tantas modalidades existentes.

O que fica explícito, então, é o que essas categorias de trabalhadores têm em comum, conforme assinala Bihr (1991, p. 89),

[...] a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial.

De todo modo, o processo de complexificação da classe trabalhadora, bem como a sua precarização, associada ao desemprego constitui uma generalidade. Aumenta a quantidade daqueles que não conseguem mais viver de sua capacidade de trabalhar, ainda que seja para o outro, na forma de assalariamento. A demanda de postos de trabalho, não é atendida, pois, operações que eram executadas por dezenas de trabalhadores, são desempenhadas por poucos. A redução do operariado fabril e extinção de profissões, de postos de trabalho são próprias da era monopolista. Não é a tecnologia, mas o capital que está eliminando a classe trabalhadora e destruindo sem cessar postos de trabalho. Portanto, o desemprego não provém da utilização de tecnologia, mas da impossibilidade de o capitalista continuar a absorver a força de trabalho disponível no mercado.

De acordo com Figueira (1985, p. 42),

A um certo grau de desenvolvimento, o capital dispensa a única força capaz de produzi-lo exatamente como capital: a força do trabalho. Este “vampiro sedento de sangue humano”- como Marx gostava de referenciar-se ao capital começa a dar evidentes sinais de tendência à abstinência. O aparentemente insaciável extorquidor de trabalho humano, aquele que não poupava nem mulheres e crianças repentinamente começa a regurgitar e que, ao invés de, como antes, fortalecê-lo, só o enfraquece.

Assim, dispensar trabalho humano significa - contrariamente ao que se pensa - “demonstração de fraqueza do capital”. Significa, pois, não uma “maldade” contra o antigo produtor de mais-valia, porém reveste-se de “incapacidade para explorá-lo produtivamente”, segundo a autora. (ibid, p. 42).

Embora em níveis e em escalas diferentes, o desemprego e o aumento do trabalho precário ocorrem tanto nos países desenvolvidos, quanto nos países subdesenvolvidos. Isso comprova que os desenvolvimentos industriais e tecnológicos não são o fundamento do desemprego, mas o próprio capital que não mais consegue incorporar trabalhadores ao processo de trabalho.

Essa tendência mundial ocorre, conforme Antunes (2005), na França, na Itália, na Inglaterra, dentre outros. Na França, enquanto ocorreu uma redução de 501 mil empregos por tempo completo, entre os anos de 1982 e 1988, no mesmo período houve o aumento de 111 mil empregos em *tempo parcial*. (BIRH, 1990, apud ANTUNES, ibid). Este mesmo autor, Birh (1991, p. 88-89) afirma que o trabalho “atípico” se expande largamente após a crise: entre 1982 e 1986, o número de assalariados em tempo parcial aumentou em 21,35%.

Em 1988, 23,2% dos assalariados da Comunidade Econômica Européia eram empregados em tempo parcial ou em trabalho temporário. (STUPPINI, 1991, 51). Nessa mesma ótica, segue a tendência atual dos mercados de trabalho: reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos. (STUPPINI, 1991, p. 51 apud ANTUNES, ibid).

Na Inglaterra, os “trabalhadores flexíveis” aumentaram em 16%, alcançando 8,1 milhões entre 1981 e 1995, enquanto os empregos permanentes caíram em 6%, ficando em 15,6 milhões [...] Mais ou menos no mesmo período, cerca de um terço

dos 10 milhões de novos empregos criados nos EUA estavam na categoria “temporária”. (HARVEY, 1992, p. 144, apud ANTUNES, 1995, p. 53).

Gorz, citado por Antunes, acrescenta que aproximadamente 35% a 50% da população trabalhadora britânica, francesa, alemã e norte-americana estão desempregadas ou envolvidas em trabalhos precários, parciais, denominados por Gorz, como “proletário pós-industrial”, ilustrando a situação daquilo que Antunes (2005) chama de sociedade dual.

Na Itália e na França, a destruição em massa de postos de trabalho a partir da década de 1980, torna-se, no mínimo, assustadora, conforme Antunes (2005), pois “[...] aproximadamente um milhão de postos de trabalho, criados nos anos 80, majoritariamente no setor de serviços, mas com repercussões também nas fábricas, foram ocupados por mulheres”. (STUPPINI, 1991, p. 50 apud ANTUNES, 2005, p. 55).

“É alarmante notar que do volume de empregos, em tempo parcial gerados na França entre 1982 e 1986, mais de 80% foram preenchidos pela força de trabalho feminina”. (BIHR, 1991, p. 89). Isso possibilita afirmar que esse contingente tem progredido basicamente em todos os países, e mesmo com as especificidades nacionais, a presença feminina representa mais de 40% do total da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados. (HARVEY, 1992, FREEMAN, 1986, apud ANTUNES, 1995, p. 53-54).

O contingente dos sem-emprego, a subproletarização, o trabalho parcial, temporário, também ocorrem no setor de serviços, expostos às novas regras do capital, que conta com um enorme contingente de trabalhadores flexíveis, pessoas que se tornaram suscetíveis ao subemprego.

Além dos assalariados urbanos e rurais que compreendem o operariado industrial, rural e de serviços, a sociedade capitalista moderna vem ampliando enormemente o contingente de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, part-time, que exercem trabalhos temporários, entre tantas outras formas assemelhadas de informalização do trabalho, que proliferam em todas as partes do mundo [...] cada vez mais homens e mulheres encontram menos trabalho, espalhando-se à cata de trabalhos parciais, temporários, sem direitos, flexíveis, quando não vivenciando o flagelo dos desempregados. Em pleno mito neoliberal do individualismo exacerbado, tal como a ideologia do “empreendedorismo”, presenciamos de fato um individualismo possessivo cada vez mais desprovido de posse, onde cada vez amplas parcelas de trabalhadores e trabalhadoras perdem até mesmo a possibilidade de viver da venda de sua única propriedade, a sua força de trabalho. (ANTUNES, 2005, p. 17).

Por conseguinte, o que está sendo negado à classe trabalhadora é a possibilidade de viver do trabalho assalariado. A complexificação e heterogenização do trabalho são expressões desse processo que consiste em desempregar ou, tornar trabalhadores um acessório temporário, parcial, subcontratado e terceirizado.

Mas isso não significa o fim do trabalho, mas dificuldades do capital quanto a fazer prevalecer a lei do valor, seu pressuposto.

Esta impossibilidade não se deve às determinações de nenhum destino inexorável externo ao seu próprio movimento, mas o fato de a riqueza, na sua forma burguesa, isto é, o capital não consegue reproduzir-se mais como tal a partir de uma sua dada composição orgânica, composição esta a que ele não pode - na sua fase concorrencial e, portanto, progressista - evitar chegar. (FIGUEIRA, 1985, p. 42).

Nesse capítulo ficaram visíveis as mudanças no mundo do trabalho e a situação deste em nível mundial. Vejamos, então, a seguir, como essa mesma situação se configura no Brasil atingindo a classe trabalhadora.

3 TRABALHO NO BRASIL E A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

As reformas na legislação trabalhista, no Brasil, evidenciam uma desregulamentação das relações de trabalho. Isso implica na perda de conquistas históricas por parte dos que sobrevivem da venda da sua força de trabalho.

Sobre isso, Campana (2000, p. 133-4) afirma que:

Os neoliberais pregavam que as origens da crise estavam nos sindicatos e no movimento operário, que prejudicava as bases de acumulação capitalista com suas reivindicações sobre os salários e os direitos sociais. Nesse sentido o neoliberalismo defende um Estado minimizado em relação aos direitos sociais e trabalhistas e, ao mesmo tempo, passivo em relação aos lucros dos capitalistas e aos interesses do mercado. Preconiza liberdade de movimentos para todos, menos leis, mais espaço pra economia desenvolver-se livremente, mesmo desprezando políticas públicas estatais. Está, enfim, atrelado a essa nova fase do capitalismo internacional que orienta a formulação de centros econômicos em regiões, a derrubada de fronteiras comerciais, a livre circulação de capital e o fortalecimento de conglomerados transnacionais. [...] O Estado deveria parar de interferir no mercado e na defesa dos direitos sociais. Seu papel passava a ser o de interferir no incentivo aos processos de oligopolização e nos de avanços da tecnologia.

As inovações tecnológicas na sociedade capitalista têm por objetivo a obtenção de mais trabalho excedente. Como decresce a taxa do lucro, leis são criadas que atingem diretamente as relações de trabalho. Por meio das reformas na legislação, torna-se possível estabelecer outras condições de trabalho.

O processo de trabalho no Brasil passa por mudanças significativas a partir do início da década de 1990. A reestruturação produtiva leva as empresas a adotarem "novas" formas de produção para a acumulação de riquezas, com impactos estruturais no mundo do trabalho. A classe trabalhadora, fragmentada, torna-se frágil para conter a deterioração do trabalhador.

As mudanças nas formas de obtenção do trabalho assalariado mostram qual o caráter da chamada reestruturação produtiva.

Quanto mais "qualidade total" os produtos alegam ter, menos é seu tempo de duração. A necessidade imperiosa de reduzir o tempo de vida útil dos produtos, visando a aumentar a velocidade do ciclo reprodutivo do capital, faz com a "qualidade total" seja, na maior parte das vezes, o invólucro, a

aparência ou o aprimoramento do supérfluo, uma vez que os produtos devem durar cada vez menos para que tenham uma reposição ágil no mercado. [...] As empresas, na competitividade travada entre elas, visando reduzir o tempo entre produção e consumo, incentivam ao limite essa tendência restrita do valor de uso das mercadorias. Precisando acompanhar a competitividade existente no seu ramo produtivo, os capitais desencadeiam uma lógica que se intensifica crescentemente, da qual a “qualidade total” é um mecanismo intrínseco e funcional. (ANTUNES, 2005, p. 43).

A informática e a automação industrial, a serviço da acumulação, adquirem o caráter de produção destrutiva. Os produtos já nascem com tempo de duração pré-determinados. Desse modo, recria-se o trabalho incessantemente, mas com uma característica peculiar. De acordo com Alves (2000, p. 201),

dá-se uma irrupção da flexibilização do contrato de trabalho, cujo desdobramento legal é a Lei do Contrato Temporário de Trabalho, promulgada pelo governo Cardoso em 1998, e cujo principal objetivo é construir novas estratégias de racionalização de custo da produção capitalista.

Os trabalhadores perdem direitos e conquistas históricas. A fábrica exerce seu despotismo ao extremo. Impõe outros modos de relação capital e trabalho, no qual não há limites quanto à obtenção máxima da exploração. A classe trabalhadora, submetida à ditadura da fábrica, e frágil em sua organização coletiva, torna-se impotente diante das novas normas do capital, avalizadas pela desregulamentação da legislação trabalhista.

Os donos do capital querem fazer crer que o motivo de suas dificuldades econômicas decorre da legislação trabalhista, que esta os obriga a empregar recursos financeiros em despesas sociais. Desse modo, o trabalhador não é concebido como produtor da riqueza, mas o seu contrário: “o trabalho não cria riqueza, os empregos não dão lucro e os desempregados são dejetos inúteis e inproveitáveis”. (CHAUÍ, 1999, p. 50).

Para Chauí (1999, p. 50-1),

a crise fiscal do Estado e as idéias neoliberais são dois fenômenos que levam a uma ação precisa: suprimir todos os direitos conquistados pelos trabalhadores; cortar as chamadas políticas sociais e desviar todos os

recursos públicos para as empresas privadas [...] O capital já não precisa dos grandes contingentes de força de trabalho, necessário anteriormente. Com o fim das políticas sociais e o dos direitos conquistados, a classe trabalhadora não tem condições para enfrentar o capital.

A flexibilidade na forma de contratação, ou seja, a utilização de formas distintas de contratos temporários e/ou em tempo parcial significa aumento da exploração capitalista. Para os trabalhadores, precariedade e aviltamento do trabalho assalariado.

A nova (e radical) terceirização tende a impor uma (re) constituição da rede de subcontratação, instaurando uma verdadeira recomposição na "hierarquia capitalista", cujo objetivo é redimensionar os custos (e riscos) de produção entre as corporações transnacionais e seus parceiros capitalistas. Portanto, é um processo de (re) elaboração da hegemonia do capital oligopolista, impulsionado pela nova concorrência imposta pela mundialização do capital. (ALVES, 2000, p. 211).

Efeitos da terceirização sobre as condições de trabalho são desastrosos no Brasil. Empresas livram-se de encargos sociais. A redução de direitos sociais, a redução de salários dos operários terceirizados, contratados por tempo determinado, sem registro em carteira e que não fazem parte do sindicato, mostram dificuldades vividas por uma massa de trabalhadores expostos a uma brutal exploração. As empresas contratantes do trabalho terceirizado livram-se dos encargos sociais e legais, reduzindo os custos de produção.

Para Pochmann (2006, p. 12),

O emprego terceirizado sofreu uma rápida expansão no país nos últimos dez anos. Entre 1995 e 2005, de cada três vagas de trabalho criadas no setor privado uma foi por meio da terceirização. A estimativa do economista é que a terceirização represente uma economia de cerca de 7% nos gastos com folha de pagamento e encargos sociais. O estudo analisou a situação dos empregados com carteira assinada no setor privado, com base nos dados do IBGE e do Ministério do Trabalho.

A contratação terceirizada, segundo este autor, serviu como uma possibilidade não apenas de redução de custos, mas também permitiu que as empresas se concentrassem naquelas atividades em que elas são mais produtivas e

rentáveis. Estudos recentes de Pochmann (2006) revelaram ainda que a contratação indireta (sem carteira assinada) tem levado a uma maior precarização do trabalho. Os terceirizados, por exemplo, ganham um terço a menos do que os demais assalariados com carteira profissional assinada. (POCHMANN, *ibidem*).

3.1 O TRABALHO TEMPORÁRIO DO SETOR PÚBLICO NO BRASIL

O funcionário público concursado, ao contrário de outros, possui estabilidade no emprego. A Constituição de 1988, em seu capítulo VII, da Administração pública, segundo Artigo 37, determina à União desde então que Estados e Municípios devem seguir os seguintes preceitos:

- I- Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;
- II- A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos;
- III- O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período. (BRASIL, Constituição, 1998, p. 36).

As Disposições Transitórias da Constituição de 1988, no Art. 18, impedem estabilidade para o servidor público não concursado, ou seja, aos trabalhadores contratados pela CLT.

Ficam extintos os efeitos jurídicos de qualquer ato legislativo ou administrativo, lavrado a partir da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, que tenha por objeto a concessão de estabilidade a servidor admitido sem concurso público, da administração direta ou indireta, inclusive das fundações instituídas e mantidas pelo poder público. (BRASIL, Constituição, 1988, p. 171).

No entanto, vicejam no serviço público e fora dele, contratos temporários de trabalho. A flexibilização da legislação no que tange à contratação de trabalhadores, em geral, acentua-se na década de 1990.

Entre 1990/92, mais de 2 milhões de postos de trabalhos foram queimados por força da política recessiva do Governo Collor, sem maiores preocupações com seus impactos sociais. No período recente (1993/97), a recuperação no nível de atividade econômica foi realizada sem a ampliação do nível de emprego assalariado. Além do fechamento de empresas, a internacionalização e a privatização de outras, ocorre um processo de reestruturação empresarial, com a racionalização da produção e o aumento da produtividade acompanhada por aumentos da jornada total de trabalho, seja através de maior uso de horas extras, seja através de ocupações sem registro e por conta própria que operam, em geral, com tempo de trabalho muito intensivo. (POCHMANN, 1997, p. 1).

A regulamentação de trabalhos temporários feita em 1988 aprofunda ainda mais a precarização das condições de trabalho de modo geral.

A lei do Contrato de trabalho temporário, aprovada em 1988, permite a institucionalização do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil. Permite, por exemplo, às empresas, instaurar contratos de trabalho em que o percentual de recolhimento do FGTS que cai de 8% para 2% sem aviso prévio, sem a multa de 40% sobre o FGTS e sem a estabilidade provisória em virtude da gravidez e exercício do mandato sindical. As horas extras poderão ser compensadas em prazo de até um ano, quando a legislação trabalhista atual estabelecia o limite de uma semana. (ALVES, 2000, p. 246).

Com a aprovação de Leis sobre Contrato de Trabalho Temporário¹⁵, grande parte da classe trabalhadora fica sem estabilidade, sem garantia de emprego fixo. A força temporária de trabalho, assim precarizada, é submetida a menores salários, mas, a jornadas de trabalho mais extensas. O trabalhador fixo também sofre conseqüências advindas da desregulamentação. Ameaçados pelo desemprego, pela concorrência dos subempregados, eles se tornam mais dóceis às regras patronais. A diminuição de empregos estáveis acaba enfraquecendo as lutas coletivas e os sindicatos perdem seu poder político. O medo de perder o emprego faz com que o trabalhador se torne submisso às condições impostas pelos empregadores. Por outro lado, os trabalhadores temporários não têm direito à sindicalização, diminuindo assim a quantidade de sindicalizados. Consolida-se a desagregação e a dispersão dos trabalhadores, aumentando ainda mais a fragilidade de suas organizações.

¹⁵ Trabalho Temporário é aquele realizado por pessoa física a uma empresa para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou à acréscimo extraordinário de serviços, mediante contrato escrito, firmado com a empresa de trabalho temporário, cujo prazo não pode exceder 3 meses, salvo autorização do órgão específico do Ministério do Trabalho. (BONFIGLIOLI, 2004, p. 14).

Pochmann (2002) afirma que a flexibilização das leis trabalhistas no Brasil não tem encontrado resistência. O que impera, na atualidade, são a fragmentação e a desorganização da classe trabalhadora, pois as modificações no trabalho têm sido realizadas de maneira pontual e anestésica, o que debilita a reação dos trabalhadores.

A cada momento, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) tem sido levada a incorporar mais uma lei; a que flexibiliza os contratos de trabalho; a que cria o banco de horas; a que suprime a representação social na justiça trabalhista; a que reduz o custo do trabalho (simples), entre tantas outras, com cada menos eficácia e menor cobertura social (somente um terço dos ocupados no Brasil está circunscrito ao emprego formal). Dessa forma, parece que o objetivo governamental é justamente sufocar o atual quadro jurídico, através de seu engessamento, com leis que atendam interesses minoritários e particulares. (POCHMANN, 2002, p. 155).

A existência de vários vínculos empregatícios coincide com as diferentes formas de manifestação do trabalho. Hoje, em um mesmo local de trabalho há trabalhadores com diferentes direitos e salários na execução das mesmas tarefas.

O trabalho temporário, por lei, destinado à substituição de pessoal em férias, acidentes, licença maternidade e para períodos de aumento de demanda de serviços, acabou se tornando regra geral. Portanto, o que parecia ser uma exceção, tornou-se uma generalidade quando o desemprego aumenta sem cessar.

Os trabalhadores temporários, no serviço público, não possuem direitos com carteira de trabalho assinada e nem estabilidade. Podem ser dispensados a qualquer momento a interesse da instituição,¹⁶.

As mutações na forma de ser da classe trabalhadora, sobretudo aprofundadas no final do século XX, não se restringem aos operários e aos serviços. À semelhança desses, os trabalhadores da área educacional, também são afetados. Nas escolas públicas, vicejam há muito tempo, como em outros locais, professores com contratos temporários.

As mudanças ocorridas no processo de trabalho, em geral, estão também presentes no contexto educacional. Em relação a isso, cabe questionar: Quais são

¹⁶ A relação de trabalho temporário entre empresa prestadora, trabalhador e empresa tomadora é regida pela lei 6.019 de 03 de janeiro de 1974 e regulamentada pelo decreto 73.841 de 13 de março de 1974. (BONFIGLIOLI, 2004, p. 13).

as manifestações dessas mudanças no trabalho docente nas escolas públicas do Estado do Paraná? E, em especial, como isso se concretiza nas escolas públicas?

3.2 O TRABALHO TEMPORÁRIO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

A diversificação do processo de trabalho, em geral, encontra-se também presente na educação. Na escola pública, convivem profissionais efetivos e temporários. Diferentes vínculos empregatícios, jornadas diferenciadas de trabalho e de salários evidenciam contradições no que tange à composição do pessoal docente. Para desempenhar uma mesma tarefa, ou seja, dar aulas, por exemplo, existem professores que formam o contingente permanente na escola e os que mudam, a cada ano, de local de trabalho, por serem desempregados, ou temporários, os quais somente conseguem trabalhar como docentes, caso esta ou aquela instituição deles necessite.

Segundo pesquisas da UNESCO, no ano de 2002, 61% dos professores da rede pública de todo Brasil eram efetivos concursados, 9,2% eram efetivos sem concurso, 19,1% haviam ingressado como professor por meio do contrato temporário e 5,7% eram contratados pela CLT. (UNESCO, 2004, p. 85).

Tais dados dão indícios de que na educação pública existe um processo de flexibilização das relações de trabalho. Trata-se de uma tendência geral do mundo do trabalho que consiste em, ao mesmo tempo, reduzir o número de trabalhadores efetivos e aumentar o contingente de desempregados, de trabalhadores facilmente descartáveis, no caso da educação, ao bel-prazer do estado.

Estes trabalhadores assalariados temporários possuiriam menos oportunidades de carreira e se caracterizariam por alta taxa de rotatividade. Teríamos uma parcela de trabalhadores assalariados em tempo parcial, com ainda menos segurança no emprego, e que possuiriam maior “flexibilidade numérica”- um eufemismo para caracterizar maior disponibilidade para ser explorado pelo capital- e seriam constituídos pelos empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinando com subsídio público. Esses são os núcleos da subproletarização tardia, com acréscimos importantes nos últimos anos. (ALVES, 2000, p. 79).

O ingresso de professores no magistério público por meio de concurso, não atende às necessidades das escolas. Ao acréscimo de trabalho não tem correspondido o incremento de professores. No Estado do Paraná, a criação de projetos tais como aceleração no ensino para crianças e adultos¹⁷ não foi acompanhada por contratação de professores concursados. Cresce o número de discentes nas escolas, mas o número de professores não aumenta na mesma proporção. Assim, recorre-se ao professor com contrato temporário. Contudo, isso não significa que atuar em escolas públicas seja garantia de um longo período de trabalho. Pelo contrário, profissionais são contratados temporariamente somente para suprir deficiências a cada ano e dispensados ao final do ano civil.

A instabilidade e a incerteza do trabalho temporário aliadas aos baixos salários levam muitos professores brasileiros a buscarem outra ocupação. Segundo dados da UNESCO (2004, p. 86-87):

Dos professores pesquisados, 12% têm outra atividade remunerada e 87,3% declaram não possuir outro trabalho. São professores com contratos regidos pela CLT os que mais se dedicam a outra atividade remunerada (16,5%), seguidos pelos docentes com contratos temporários (14%) e pelos efetivos sem concurso (12,0%). Dos professores efetivos concursados, 11% declaram desenvolver outra atividade remunerada. [...] em uma análise regional, a região Centro-Oeste possui a maior concentração de professores concursados (77%), percentual muito próximo do encontrado na região Sul (74,8%). A região Nordeste apresenta a maior porcentagem de professores efetivos sem concurso (21,3%); na região Norte está a maior porcentagem de professores com contratos temporários (29,0%) e, na região Sul, registra-se a maior porcentagem de professores contratados pelo regime CLT (10,5%).

Apesar de a quantidade de temporários variarem de uma região para outra, a mesma possui uma característica comum: a presença desse tipo de docente é uma constante no magistério público. Uma parte dos professores, como outros profissionais, parece também ter se tornado descartável. Ora encontra-se na escola, ora fora dela, dependendo das contingências, da eventualidade.

¹⁷ São projetos que aceleram alunos com defasagem entre idade e série cursada. No Paraná, no governo de Jaime Lerner, foi implantado o projeto de Adequação Idade-Série (PAI-S). Para isso, foram criadas turmas especiais que cursavam uma, duas e até três séries em 1 ano, o que melhorou as estatísticas garantindo a avaliação favorável ao BIRD e comprometeu a qualidade real do ensino. (PITON, 2004, p. 128).

O trabalho temporário nas escolas públicas do Paraná teve um aumento significativo entre os anos de 1990 a 2004. Dados estatísticos oficiais mostram que:

[...] no ano de 1995 atuavam em sala de aula como docentes temporários 35% dos professores, 53% eram efetivos e 12% possuíam aulas extraordinárias. No ano de 1997, 28% eram professores temporários, 15% tinham aulas extraordinárias e 58% eram professores efetivos. (SEED, 1997, p. 6).

No Estado do Paraná, além da contratação de professores temporários, ocorreu a terceirização, ou seja, a contratação de professores temporários por meio de uma empresa denominada Paranaeducação, especialmente criada para esta finalidade.

3.3 TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO PARANÁ

A terceirização é comum em diversos setores produtivos, na área de serviços e também na educação e na administração públicas. Neste estudo busca-se evidenciar, especificamente, como a terceirização atingiu os docentes das escolas públicas no Estado do Paraná.

O trabalho terceirizado não possui legislação até o momento atual. Para evitar uma maior precarização neste tipo de contratação, existe o Enunciado 331¹⁸ do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que salvaguarda legalmente o trabalhador que vende sua força de trabalho pelo processo de terceirização. (CONCEIÇÃO, 2005, p. 1).

¹⁸ Esse enunciado do TST diz:

“I - A contratação de trabalhadores por empresa de terceira interposta é legal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador de serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei n. 6019, de 03/01/1974); II - A contratação irregular de trabalhador, através de empresa interposta não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública Direta, Indireta ou Funcional (Art. 37, II, da Constituição da república); III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei n. 7102, de 20/06/83), de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados á atividade-meio do tomador, desde que inexistentes a pessoalidade e a subordinação direta; IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, quando aquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial. (artigo 71 da Lei n. 8666/93).

Segundo Conceição (2005, p. 2):

Neste ambiente de difusão técnica da terceirização em áreas de atividade-meio e atividades-fim das empresas, tem-se verificado diversos problemas no campo do Direito do Trabalho. Apenas para citar alguns desses: redução de postos de trabalho, precarização do trabalho (redução de remuneração e benefícios, incremento de jornadas, insalubridade, aumento de acidentes de trabalho), contratação sem carteira, trabalho sobre maior pressão; redução fraudulenta de custos (demissão do trabalhador e sua recontração como “terceiro”), com a subordinação direta e pessoal do empregado a empresa contratante; ausência de responsabilidade subsidiária e solidária da empresa contratante, entre outros.

Alves (2000) descreve objetivos e estratégias do processo de terceirização utilizados na contratação de trabalhadores da educação. Esses trabalhadores dispersados se tornam menos resistentes, pois perdem sua força coletiva nos movimentos reivindicatórios. Segundo o autor, a terceirização é uma prática que fragmenta e que impede que os sindicatos se fortaleçam nas mobilizações para a luta da prevalência dos direitos já conquistados historicamente. A terceirização é uma prática estratégica para também dispersar os trabalhadores. Evitando a coletividade, a tendência é de enfraquecimento no momento de reivindicações para essa classe trabalhadora.

Neste sentido, Alves (2000, p. 203-4) alerta:

a terceirização é um componente central do espírito do toyotismo, capaz de instaurar uma “fragmentação sistêmica” do circuito de valorização, o circuito de valorização, o suporte material do “trabalhador coletivo”. Articulam-se, como o just-in-time/ kanban, utilizando-se das vantagens, comparativas postas pelas novas tecnologias microeletrônicas na produção. Ao “desintegrar” o campo da produção de mercadorias, o capital opera uma nova integração (e centralização) da produção capitalista. (MURRAY, 1987). Só que da perspectiva do mundo do trabalho, seu resultado é construir um verdadeiro obstáculo a elaboração da consciência de classe, na medida em que pulveriza o coletivo do trabalho. É por isso que a terceirização é uma das inovações produtivas mais temidas pelo sindicalismo no Brasil.

As políticas educacionais criadas pelo Estado do Paraná, na década de 1990, revelam uma íntima ligação com as transformações políticas, sociais e econômicas, e que tem como um de suas conseqüências a precarização das relações de trabalho e a sucessiva perda de direitos conquistados.

Segundo Trojan (2002, p. 34-5):

Não será exagero afirmar que o Paraná tem sido um dos mais (senão o mais) dedicados colaboradores deste processo de precarização. Para os trabalhadores da educação este processo tem se objetivado em inúmeros projetos em curso, entre os quais destacamos o paranaeducação, Faxinal do Céu¹⁹, Projeto de Correção de Fluxo²⁰, a terceirização de serviços.

No Estado do Paraná, a precarização do setor educacional público se aprofunda, sobretudo nos dois mandatos do governo Lerner, entre 1994 a 2001. Nesse período passou a ocorrer a diversificação do trabalho docente. As categorias que compõem o quadro de professores da rede pública estadual evidenciam esse processo. A classificação docente adotada é a seguinte: a) professores efetivos são os que pertencem ao Quadro Próprio do Magistério Público Estadual (QPM-P); b) professores temporários, que se dividem em três categorias: TF57-T (Professores de 5/8 e 2. Grau), e c) os PEPR (Professores Contratados pelo Paranaeducação) e o REPR (Regime Especial - Professor). Cada categoria tem condições diferenciadas de contratação e de encargos sociais.

Para compreender melhor como ocorre a contratação desses professores temporários, principalmente, nos entre 1994 e 2001, é preciso explicar o surgimento desses tipos diferenciados de contratação. Em 1997, o governo cria uma empresa denominada Paranaeducação, com base na Lei nº 11. 970/97. Essa empresa instituiu o “Serviço Social Autônomo Paranaeducação”.

Vale destacar, aqui, como a Secretaria de Estado da Educação, concebia o Paranaeducação, à época:

[...] é uma empresa criada pelo governo do Estado sob a modalidade de serviço social autônomo e vinculada à Secretaria de Estado da Educação.

¹⁹ Faxinal do Céu foi a principal instância de formação continuada ou em serviço de professores durante o governo Lerner (1994 a 2001). Tal instância era denominada Universidade do Professor. (CONCEIÇÃO, 2004). A maioria dos seminários de formação e requalificação de professores da rede estadual foram realizados por empresas privadas tais como Luna & Associados Consultores de Empresas S/C, Amana-key Desenvolvimento e Educação, Conselho Britânico, Centro de Educação para o Desenvolvimento Humano (Arthur Pereira), CORD - Internacional, Instituto Ayrton Sena, Microsoft, Guatewway e Tele Oeste Celular, Instituto Rubens Portugal, entre outras. (*Ibid* p. 106-107)

²⁰ Projeto de Adequação Idade-Série (PAI-S). Foi um projeto abrangente e se deu dentro das escolas públicas, mas as mudanças na legislação desencadearam várias possibilidades de enxugamento do tempo escolar, aceleração da saída da escola pública e entrada em escolas de iniciativa privada. (CONCEIÇÃO, 2004, p. 128-9).

Foi criada para agilizar e desburocratizar a contratação de novos profissionais para a rede estadual via regime CLT. A contratação também é feita pelo regime da CLT, após a aprovação dos candidatos em processo seletivo, com a função de suprir uma necessidade pontual ou para substituir as vagas que ficam em aberto por causa de aposentadoria, morte, demissão, transferência, etc [...]. (SEED, 1999, p. 4).

Entretanto, vale também destacar a crítica feita pelo Fórum Nacional de Luta por Terra e Cidadania, sobre esse tipo de empresa, em 1999.

Foi uma estratégia utilizada pelo governo do Paraná com vistas a diminuir a responsabilidade do Estado na área da educação, no que diz respeito às suas atribuições previstas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e no Estatuto do Magistério Estadual, e repassá-las para a iniciativa privada, subsidiada com recursos financeiros e patrimoniais do próprio Estado. Nessa perspectiva, os trabalhadores em educação, cerca de 80 mil, (considerando-se professores e funcionários, ativos e aposentados, estatutários e celetistas) entrarão no universo do abandono e da desvalorização, destruindo a carreira e os direitos conquistados ao longo das lutas da categoria. (FÓRUM NACIONAL DE LUTA POR TERRA E CIDADANIA, 1999, p. 5).

Observa-se, assim, que o Paranaeducação fazia a intermediação entre a força de trabalho e emprego temporário para a rede pública. Mas de acordo com a SEED, o Paranaeducação não era uma forma de privatização, mas apenas “[...] um braço operacional da Secretaria de Estado da Educação, criado para agilizar e desburocratizar a contratação de novos profissionais para a rede estadual via regime CLT [...]”. (SEED, 1999, p. 4).

Segundo explicações da SEED, as ações dessa empresa eram “gerenciadas por uma diretoria executiva, que se reporta a esta Secretaria”. (ibidem, p. 4).

A contratação dos docentes era feita do seguinte modo:

[...] Após aprovação dos candidatos em processo seletivo, com a função de suprir uma necessidade pontual, ou seja, substituir as vagas que ficam em aberto por causa da aposentadoria, morte, demissão, transferência etc. [...]. (ibidem, p. 4).

No que tange aos recursos dessa empresa para o pagamento de docentes e de funcionários, verificou-se que:

Os recursos do Paranaeducação vêm do Tesouro Estadual, repassados através de um Contrato de gestão celebrado entre o Governo do Estado e o Paranaeducação [...]. Já foram contratados cerca de 10 mil funcionários para a área administrativa e mil professores. (ibidem, p. 4).

A opinião do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná com relação à empresa Paranaeducação era a seguinte:

De 1997 até 2002, essa empresa praticamente privatizou a SEED através do gerenciamento operacional do sistema de ensino e das políticas educacionais que desencadeou. Assim, homens revestidos de funções públicas, podiam tomar decisões que envolvem o público, dentro da esfera e dos interesses do setor privado administrando as verbas públicas destinadas à educação, ameaçam direitos trabalhistas e profissionais conquistados pela categoria, inviabilizam Planos de Cargos Carreiras e Salários, ferem a Constituição Federal ao extinguir o ingresso através de concurso público, criando dessa forma, políticas descompromissadas com a educação pública e com a sociedade. (APP-SINDICATO, 2000, apud PITON, 2004, p. 121).

Pítton (2004), ao analisar políticas educacionais relativas à educação básica, aponta algumas estratégias cujas conseqüências se fizeram presentes na educação paranaense.

No Paraná, foram múltiplas as formas de controle: a Universidade do Professor, as mudanças curriculares as avaliações instituídas, as formas de contratação docente, dentre outras instauram profundos processos de precarização do trabalho docente que se deram por duas vias: através da formação continuada e das condições de trabalho, como salas superlotadas de alunos, por exemplo [...] A SEED/PR através da resolução nº 377, de 24 de janeiro de 1996, assinada pelo então Secretário da Educação Ramiro Wahrhafting fixa normas para composição de turmas na rede oficial de ensino e prevê que a partir da 6ª série do Ensino Fundamental, as turmas devem ter no mínimo 40 alunos). (PITON, 2004, p. 120).

Para essa autora, tais estratégias significaram verdadeiros entraves no processo ensino-aprendizagem. Dentre os mesmos, o estresse ocupacional do professor que provoca falta às aulas com freqüência, indisciplina em sala de aula, devido ao elevado número de alunos, entre outras dificuldades.

A precarização do trabalho dos professores paranaenses também foi analisada na tese da referida pesquisadora.

A precarização do trabalho em termos da carreira dos professores, também, merece destaque. As reformas, nesse sentido, foram pensadas tanto a curto, como médio e longo prazos e se deram, principalmente, através das formas de contratação de professores e das mudanças no plano de carreira. Em termos de mudanças em curto prazo, o Paraná desenvolveu no período pesquisado um caso emblemático de privatização no campo educativo que recebeu o nome de Paranaeducação, uma empresa criada em 1997, sob a modalidade de serviço social autônomo, vinculada à SEED para contratar professores pelo regime CLT. (PITON, *ibid*, p. 121).

De todo modo,

o número de professores e funcionários da rede pública estadual do Paraná, em janeiro de 2004, segundo pesquisa da UNESCO estava assim constituído: de um total geral da SEED de 67.188 professores, 63.563 foram contratados pela própria SEED, mas 1.625 professores foram contratados, neste ano de 2004, pelo Paranaeducação. (UNESCO, 2004, apud OLIVEIRA, 2005, p. 20).

Apesar de a empresa Paranaeducação começar a ser extinta em 2003, no início do governo de Roberto Requião²¹, depois de se passar um ano, o número de trabalhadores terceirizados ainda era considerável. De acordo com os dados levantados no NRE de Pato Branco, nas 70 escolas que o compõem, de um total de 1152 professores, 588 eram professores efetivos e 564 eram professores contratados temporariamente, ou seja, 51% eram professores efetivos, contra 49,3% de professores temporários. Essa média manteve-se no ano posterior (2004). 50,7% eram efetivos, enquanto 49,3% permaneciam contratados temporariamente.

Segundo entrevista do presidente da APP, professor José Rodrigues Lemos, em 2004, a Paranaeducação foi criada para contratar professores e funcionários sem concurso público e demitir quando o governo assim o desejasse.

Desse modo,

Tivemos concurso público apenas no primeiro mandato em 1995, e em 1996 e o concurso público de 1996 ele preferiu não chamar para preencher todas as vagas. Foram ofertadas mais de 6 mil vagas e chamados menos de 2 mil professores, porque em 1996, como a nova LDB 9.394/96, permitia

²¹ Os contratos realizados por essa empresa estão sendo extintos na medida em que os contratos dos professores e funcionários vencem. As vagas estão sendo substituídas por vagas de concursos no que tange a professores e de teste seletivo quanto aos funcionários. O concurso público para funcionários permanece na agenda de conflitos. (OLIVEIRA, 2005, p. 25).

que os municípios cuidassem do ensino infantil e do ensino fundamental e o interesse do governo era municipalizar todo o ensino fundamental a exemplo de alguns estados brasileiros. Ele entendeu que não deveria mais seguir fazendo concurso e o concurso *que havia sido feito que não deveria ser chamado todos os professores. Preferiu chamar professores para o ensino médio, e os professores para o ensino fundamental ele deixou de chamar porque ele tinha o interesse em municipalizar esse grau de ensino.* Desta forma, os municípios poderiam ir demitindo ou a própria paranaeducação poderia ofertar esse professor ao município, à medida que o município repassasse o dinheiro para o Paranaeducação. Então ele fez as mudanças. A LDB que nós defendemos não era essa, mas mesmo essa, nós entendemos que ela poderia mudar a educação e aqui no Paraná foi ao contrário, ela acabou levando o governo a querer entregar o ensino fundamental para os municípios, somente não o fez por conta da resistência. (LEMOS 2004, apud. PITON, 2004, p. 121-122).

Tais iniciativas coincidem com o processo de desregulamentação da legislação trabalhista que, na década de 1990, atinge ponto alto em todo o país. A finalidade principal destas é a minimização de custos na área educacional.

A falta de investimentos e o descompromisso com a educação trouxeram ao Paraná oito anos de infortúnio. A perda de autonomia das escolas, a expropriação dos direitos mais elementares dos seres humanos com a instauração do autoritarismo, tanto na aplicação das políticas públicas como na relação governo/educadores, recaiu diretamente no plano social. Uma maioria dos pobres foi tornando-se excluída, afastada das novas tecnologias e da informação. (...) Em nome do ideário neoconservador e neoliberal o governo paranaense tratou de “enxugar o orçamento” no que diz respeito aos direitos básicos, dentre eles, a educação. (FRIGOTTO, 2002, apud MINUZZO, p.16).

No período 1994 a 2001, além da precarização das formas de contratação e da terceirização, houve um arrocho salarial sem precedentes que atingiu todo o funcionalismo público, incluindo os professores.

Os servidores públicos do Quadro Geral do Estado do Paraná está há quase dois anos sem nenhum reajuste salarial. As perdas salariais do funcionalismo, de acordo com estudos do DIEESE, referentes ao período de janeiro de 1990 a maio de 1997 é de 58,64%. Para repor tamanha perda é necessário um reajuste em 1º de junho de 1997 de 141,76%. A defasagem salarial, o programa de demissão voluntária e a falta de condições de trabalho são conseqüências do mesmo projeto, articulado propositadamente para que o governo consiga viabilizar seus propósitos. Queremos uma reforma administrativa que garanta o controle social sobre os serviços prestados e o fim do clientelismo na máquina burocrática do Estado, com a valorização dos trabalhadores do serviço público e a melhoria dos serviços prestados á população. (CUT, 2000, p. 6-7).

Dados coletados nessa pesquisa ilustram as condições de trabalho docente na rede pública paranaense, em especial, nas escolas de Ensino Básico da rede pública de Pato Branco/Paraná.

3.4 TRABALHO DOCENTE PARANAENSE

A aplicação de políticas neoliberais adotadas pelo Estado do Paraná, nos anos de 1990, passa a ter como uma de suas metas o corte de gastos públicos. Com essa medida, dificultaram-se ainda mais as melhorias de condições de vida e de trabalho dos professores. Direitos inclusos nas folhas de pagamento dos professores efetivos foram, aos poucos, sendo excluídos dos salários. Por outro lado, atemorizados, abalados politicamente e ameaçados pelo desemprego, trabalhadores docentes não concursados se submetem ao trabalho temporário.

No Paraná, a contratação de professores por meio de vínculos empregatícios diferenciados, chama especial atenção, apesar de não ser o único estado a adotar tal medida. Em outros estados da federação, também ocorre um processo semelhante, conforme foi constatado pela Confederação Nacional dos Educadores em Educação (CNTE).

No Estado de São Paulo quase a metade dos professores da rede pública (120 mil) tem contrato temporário. [...] a contratação de professores no ensino público através de concurso se dá a partir da Constituição de 1988, mas a regulamentação prevê exceção que permite ao Estado contratar em casos de “urgência” sem a necessidade de concurso (contratos temporários) e o que era exceção passou a ser regra geral em muitos locais e em escala preocupante. (CNTE, 2006, p. 2-3)

Ainda de acordo com a CNTE, “o empreguismo e os baixos custos estimulam governos a praticar contratações precárias”. (Idem). Dados divulgados pela Revista Nova Escola (2007) sobre a porcentagem de professores que trabalham com contratos temporários em alguns estados do Brasil, considerando informações das Secretarias Estaduais e Municipais das escolas públicas, constatam que a prática do Estado em contratar professores temporários é uma constante neste país e ocorre

para além das chamadas situações emergenciais (substituição de professores efetivos afastados por diversos motivos).

Por exemplo, no estado do Acre, 9% dos professores ingressaram sem concurso público, portanto como professores temporários. Em Alagoas, 8% dos professores são temporários. No Amazonas, 10%; Bahia, 8%; Ceará, 68%, Distrito Federal, 4%; Espírito Santo 55%; Goiás, 25%; Mato Grosso do Sul, 37%; Pará, 35%; Paraíba, 31%; Paraná, 21%; Pernambuco, 26%; Piauí, 75%; Rio Grande do Sul, 12%; Santa Catarina 40%; São Paulo, 8% e Sergipe, 4%. (REVISTA NOVA ESCOLA, 2007).

Para Codo “o trabalhador do serviço público foi construído pelo discurso governamental como a causa principal dos males que atingem o Brasil, num intuito de justificar as políticas de racionalização pensadas para o setor público”. (CODO, 1999, p. 306). Ainda, segundo o autor, foram esses discursos governamentais que fizeram com que grande parte da população se colocasse contra esses trabalhadores, principalmente em relação aos professores, sobretudo em épocas de greves. “Essas críticas abusivas conseguiram introduzir no imaginário social a idéia generalizada de que os funcionários não trabalham, têm privilégios incríveis, etc. levando as diversas categorias de trabalhadores a uma desvalorização e baixa auto-estima sem precedentes” (Idem).

Segundo Braverman (1981, p. 242),

o emprego do estado para estimular o desenvolvimento do capitalismo não é um fenômeno novo, peculiar à fase monopolista dos últimos cem anos. [...] o estado é o penhor das condições, das relações sociais, do capitalismo, e o protetor da distribuição cada vez mais desigual da propriedade que esse sistema enseja. [...] o poder do estado tem sido utilizado em toda parte pelos governos para locupletarem-se a si mesmos [...]. Tem servido como um aparelho para drenar a riqueza para as mãos de grupos especiais, tanto por meios legais como ilegais.

É notável a maneira como o Estado trata os trabalhadores. Ao subsidiar a acumulação capitalista, ele o faz em detrimento da prestação de serviços, inclusive, na educação pública que no Brasil, desde sua origem, enfrenta toda sorte de problemas. Os educadores transformados em assalariados padecem devido às condições precárias de trabalho.

3.4.1 Direitos do professor efetivo e do professor temporário

Para verificar principalmente o processo de deterioração do trabalho docente temporário foi feita uma comparação entre a lei que rege a vida profissional dos efetivos e a dos contratados por tempo determinado.

Os professores efetivos do Estado do Paraná são regidos pela Lei Ordinária nº6. 174/70 (Estatuto do Funcionário Público); Lei Complementar nº. 007/77 (Estatuto do Magistério); Lei Complementar 103 (Plano de Carreira dos Professores); Lei Complementar nº. 106/04 (Alteração de Plano de Carreira dos Professores), e os professores temporários, pela Lei Complementar 108 (que regulamenta o processo de Seleção Simplificado).

Considerando-se a legislação vigente, podem-se comparar vantagens e direitos entre os professores efetivos e os dos professores temporários do Estado do Paraná, conforme mostra o Quadro 1, abaixo:

Quadro 1: comparação dos direitos do professor efetivo e temporário.

PROFESSOR EFETIVO	PROFESSOR TEMPORÁRIO
Admissão: cargos providos pelo regime jurídico, mediante concurso público de provas e títulos, o (Art.7º, Lei nº 007/77), realizados de dois em dois anos. (Art.20, parágrafo único, Lei 007/77).	Admissão: as contratações por tempo determinado. (6 a 12 meses) podem ser prorrogadas por uma única vez, mediante processo seletivo simplificado, prescindindo de concurso público. (Art. 4º e 5º da Lei 108). Essa contratação não pode exceder 2 (dois) anos.
Estabilidade: é adquirida após cumprimento de 2 (dois) anos de estágio probatório. (Art. 55, Lei 007/77), nos termos dos artigos 135, 136 e 137da Lei 6.174/70. ²²	Estabilidade: a contratação nos termos da Lei não confere estabilidade. O professor temporário não possui estabilidade. Pode ser dispensado a qualquer momento a interesse da instituição.
Promoção: tem direito ao avanço vertical e horizontal e diagonal. (Lei Complementar 103/04)	Promoção: não possuem esse direito. As promoções são vistas como incentivos para o professor efetivo. Mas nem sempre são efetivadas no período estipulado em lei.
Licenças remuneradas: são computadas como exercício efetivo, os afastamentos em virtude de: férias, casamento 8 (oito) dias, falecimento	Licenças remuneradas: afastamento de até 5 (cinco dias) por casamento, falecimento de pessoas da família e, licença paternidade.

²²Artigo 135 - Estabilidade é a situação adquirida pelo funcionário efetivo, após o transcurso do período de estágio probatório, que lhe garante a permanência no cargo, dele só podendo ser demitido em virtude de sentença judicial ou de decisão em processo administrativo, em que lhe tenha assegurado ampla defesa. Artigo 136 - São estáveis, após dois anos de exercício, os funcionários, nomeados por concurso. Artigo 137 - O funcionário somente perderá o cargo: I - Quando vitalício, em virtude de sentença judiciária; II - Quando estável, em virtude de sentença judiciária ou processo administrativo, que haja concluído pela sua demissão, depois de lhe haver sido assegurado ampla defesa; III - Em estágio probatório, quando nele não confirmado em decorrência do processo de que tratam os parágrafos 3º e 4º do art. 43, ou mediante inquérito administrativo.

de alguém da família 8 (oito) dias, licença especial, para tratamento de saúde, em caso de acidentes de trabalho e licença à gestante. (Art.54, incisos de I a XIII da Lei 007/74). A Lei nº. 6.174/70 no seu artigo 251 contempla licença para fins de aperfeiçoamento ou especialização profissional.	
Tempo de serviço: recebe gratificações por tempo de serviço e pelo exercício em escolas educação especial na forma estabelecida em lei. (Art. 71 a 75. Lei 007/77) ²³	Tempo de serviço: é contado como para classificação em concurso simplificado e tempo para aposentadoria. Os temporários não recebem gratificações por tempo de serviço.
Assistência à saúde: possuem Assistência à Saúde (SAS).	Assistência à saúde: não prevista em lei. O Sistema de Saúde oferecido pelo Estado do Paraná, embora precário, é concedido somente aos professores efetivos. Segundo pesquisa realizada pela APP, 94% da categoria utilizam esse Sistema de Saúde. ²⁴
Regime de trabalho: o regime de trabalho do professor será de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais, por cargo.	Regime de trabalho: não especificado na lei. A cada início de ano, o NRE (Núcleo Regional da Educação) faz levantamento de quais professores efetivos gostariam de ampliar carga horária, além das 40horas/aulas. Sendo o salário baixo, professores aumentam sua carga didática com jornadas de trabalho de 50h/a à 60h/a).
Auxílio transporte: recebem auxílio transporte correspondente no mínimo a 24% (vinte e quatro por cento) sobre o vencimento do nível I, classe 5, da carreira, com incidência para todos os efeitos legais, proporcional à jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais. (Art. 26, Lei 103/04).	Auxílio transporte: vale-transporte na base da lei. (Art.10, inciso III da Lei 108/05). O vale transporte é aumentado quando aumenta a carga horária do professor. Isso dá a impressão de que é uma gratificação para quem se sujeita a uma maior carga de trabalho. Com 40horas-aula trabalhada o professor temporário e o efetivo recebem 351,68 reais de auxílio transporte.
Funcionária gestante: à funcionária gestante é concedida licença por 4 (quatro) meses com percepção do vencimento ou remuneração e demais vantagens legais. (Art. 236 da Lei nº. 6.174/70).	Funcionária gestante: na forma da legislação previdenciária aplicável ao regime geral. Professoras temporárias em licença maternidade preferem garantir emprego a gozar desse direito. Se estiver de licença no

²³ Artigo 71 - Conceder-se-á gratificação ao professor ou Especialista em Educação: I - como adicional por tempo de serviço, na forma estabelecida em Lei; II - pelo exercício em escolas especiais; III - quando designado para exercer, fora do período normal ou extraordinário de trabalho remunerado a que estiver sujeito, as funções de auxiliar ou membro de bancas e comissões de concurso público; IV - pelo exercício do encargo como professor ou auxiliar em curso legalmente instituído sempre que realizar a atividade excedente de suas horas regulares de trabalho. Artigo 72 - O professor obterá gratificação por tempo de serviço, à base: I - de vinte e cinco por cento (25%) após completar vinte e cinco (25) anos de serviço; II - ao completar trinta (30) anos de exercício, cinco por cento (5%) por ano excedente, até o, máximo vinte e cinco por cento (25%); Artigo 73 - A gratificação adicional por tempo, de serviço, será concedida ao professor, somente se estável no serviço público. Artigo 74 - O professor que exercer cumulativo mais de um cargo, terá direito a gratificação adicional por tempo de serviço em relação a cada um deles, mas os períodos de uma concessão não serão considerados para nova concessão em outro cargo.

²⁴ A pesquisa teve por objetivo avaliar o grau de satisfação dos usuários do SAS. A tabulação atingiu 2.035 pesquisas respondidas nos 29 Núcleos Sindicais da APP. Alguns indicadores: 94% são usuários do SAS; 76% se dizem pouco satisfeitos ou insatisfeitos com o SAS; 59% dos usuários levam de uma a dois meses para agendar uma consulta médica; 43% dos usuários esperam de um a dois meses para realizar exames solicitados pelos médicos; 92% dos que necessitam de cirurgias esperam de um a dois meses até que o procedimento cirúrgico ocorra. (APP, 2007).

	período da distribuição de aulas, elas não poderão assumir novas aulas no futuro.
Mudança domiciliar: ao professor efetivo será assegurado o direito de remoção para cargo equivalente, no lugar de residência do cônjuge, se este também for funcionário público. (Art. 67 da Lei nº. 6.174/70).	Mudança domiciliar: se mudar de residência para outro município, o professor temporário não tem direito a aulas no novo endereço.
Auxílio funeral: o auxílio-funeral está previsto nos artigos 205, 206 e 207 da Lei 6.174/70. ²⁵	Auxílio funeral: não previsto pela lei.
Aposentadoria: o professor efetivo será aposentado por invalidez, voluntariamente, após 35 (trinta e cinco) anos de serviço para homens e 30 (trinta) anos para as mulheres, compulsoriamente aos 70 (setenta) anos de idade. (Art. 60, Lei 007/74).	Aposentadoria: não prevista pela lei. O professor temporário não tem direito à aposentadoria, pois não pertence ao quadro do magistério estatal.

Fonte: Estado do Paraná - Leis nº. 6.174/70; nº. 007/77; nº. 103/04, nº106/04 e Lei nº108/05.

3.4.2 Trabalho docente: lassidão ou dureza?

A análise comparativa entre os direitos dos professores efetivos e dos temporários mostra como se dá a precarização do trabalho docente do professor temporário. Apesar da estabilidade, a precarização do trabalho do professor efetivo também ocorre, embora de forma dissimulada. Os professores são vistos como uma classe detentora de privilégios. Não se leva em conta sua carga horária, condições de trabalho, salários baixos, salas de aula superlotadas de alunos, trabalhos extraclasse como correções de provas e preparação de aulas que tomam seu tempo de lazer e muitos outros fatores que interferem no seu dia-a-dia, independentemente de sua forma de contratação.

Ainda que de modos distintos, as duas categorias sofrem com as condições de trabalho existentes. Ao contrário do que afirma o senso comum, o trabalho do professor nada tem de idílico.

²⁵ Artigo 205 - Ao cônjuge, ou falta deste, à pessoa que provar ter feito despesas em virtude do falecimento do funcionário, será concedido a título de funeral, a importância correspondente a um mês de remuneração ou provento. § 1º - a despesa correrá pela dotação própria, não podendo, por esse motivo, entrar em exercício antes do transcurso de 30 dias. § 2º - o pagamento será efetuado à vista da apresentação do atestado de óbito pelo cônjuge ou pessoa a cujas expensas houverem sido efetuado o funeral, ou procurador legalmente habilitado. Artigo 206 - Em caso de acumulação legal de cargos do Estado, o auxílio funeral corresponderá ao pagamento do cargo de maior vencimento do funcionário falecido. Artigo 207 - Será concedido transporte ou meios para mudança, à família do funcionário, quando este falecer fora do Estado, no desempenho do cargo ou serviço.

Existe hoje uma parafernália técnica admirável para se compreender e enfrentar os desafios sobre o trabalho. No entanto, nada disso é levado em conta quando se pensa em educação. Comprometimento no trabalho, satisfação dos trabalhadores, relacionamentos com a hierarquia, atitudes perante o trabalho, carga mental no trabalho, temas que são triviais em qualquer organização de trabalho sequer são aventados quando se discute a crise da educação brasileira. (CODO, 1999, p. 93).

Muito se discute sobre problemas educacionais, mas são raros os encontros onde se debatem as condições de trabalho dos professores. Eles enfrentam longas jornadas de trabalho, ministram aulas em vários estabelecimentos, defrontam-se com problemas disciplinares, enfim, esgotam suas energias no trabalho como outros trabalhadores. Eles não têm respaldo pedagógico nem psicológico nas escolas onde falta material didático, salas adequadas, prédios degradados, dentre outras particularidades.

Os professores temporários não possuem garantia de emprego. Vivem à mercê da solicitação das instituições educacionais e são dispensados de tempos em tempos, conforme a legislação. Por conseguinte, não podem prever seu futuro. (Na realidade, eles formam um contingente de profissionais desempregados, de trabalhadores potenciais e que, como tais, lembram o que Marx (1998) chama de *exército industrial de reserva*, homens que ora são atraídos, ora repelidos pelo mundo do trabalho, por conseguinte, compelidos a aceitar quaisquer condições de trabalho.

Os professores efetivos, mesmo tendo garantia de emprego, possuem condições precárias de trabalho, sobretudo no que se refere à remuneração, pois apenas sobrevivem com a venda da sua força de trabalho.

Pesquisa realizada por Codo (1999) mostra que o salário do professor da rede pública estatal com carga semanal de 40 horas-aula é, para uma grande parte deles, inferior a dois salários mínimos e os que ganham mais, em média, não ultrapassam três salários mínimos.

Mais de 40% dos professores ganham menos de 500 reais por 40 horas semanais de trabalho e pouco mais de 10% ganham mil reais ou mais. Mesmo entre os professores responsáveis pelo 2º grau, cuja exigência de escolaridade formal é de nível superior completo, mais de 30% ganham menos de 500 reais mensais pelas 40 horas semanais. Apenas 14% dos que têm nível superior têm remuneração a partir de 1.000 reais. Em alguns estados, mais de 70% ganham menos de 500 reais por 40 horas semanais. Mesmo entre os professores responsáveis pelo ensino do 2º grau,

encontram-se nesta faixa mais de 60% do total. O mesmo ocorre entre os professores com nível superior completo, independente do nível de ensino em que trabalham. (CODO, 1999, p. 94).

No Estado do Paraná, atualmente, o professor efetivo, em início de carreira e com graduação, recebe, por uma jornada de 40 horas-aula, R\$ 1.205,50 para ministrar aulas no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries e no Ensino Médio. Esse valor é pago ao professor temporário que possuir igual carga horária. O que diferencia os salários dos dois são as gratificações concedidas somente aos efetivos que, em final de carreira, atingem o valor de R\$ 1.863,64, hoje. No entanto, para o professor temporário não existem gratificações e demais vantagens. Considerando-se o salário mínimo nacional que é de R\$ 380,00, constata-se que o professor paranaense da escola estatal, em início de carreira, recebe menos de 3 (três) salários mínimos. Os efetivos, em final de carreira recebem, aproximadamente, 4,5 salários mínimos.

Ora, o salário mínimo foi criado com o objetivo de permitir ao trabalhador satisfazer suas necessidades básicas e as de sua família, como: alimentação, vestuário, saúde, habitação, educação, cultura, transporte. No Brasil, esse mínimo não condiz com tais necessidades. Para Codo (1999, p. 234),

sabemos todos dos salários baixos e das lutas encaminhadas pelos professores para melhorar esse quadro. O que talvez saibamos menos é que o que o professor ganha, sei lá quanto for não pode em nenhum aspecto, ser chamado de salário [...] estamos diante de uma categoria profissional que obriga seus trabalhadores a se dedicar a um trabalho para o qual não existe um salário.

Mas não é só a remuneração que torna a profissão docente um martírio. Eles sofrem pela falta de reconhecimento e valorização social. De acordo com Curi (2007, p. 30),

o professor está doente. Excesso de trabalho, indisciplina em sala de aula, salário baixo, pressão da direção, violência, demandas de pais e alunos, bombardeio de informações, desgaste físico e, principalmente, falta de reconhecimento de sua atividade são algumas causas de estresse, ansiedade e depressão que vem acometendo os docentes brasileiros.

A gratificação por tempo de serviço também é um benefício exclusivamente dos professores efetivos, ainda que irrisória²⁶. Desse modo, o professor temporário vende sua capacidade de trabalho por menos do que a do professor efetivo para realizar o mesmo trabalho. O professor temporário não tem direito à promoção e à progressão, pois não é funcionário do Estado. Desse modo, devido ao caráter temporário de seu trabalho, ele não se especializa em educação por meio de formação profissional continuada ou de outras. Os professores efetivos, por sua vez, não contam com um plano de carreira que os motivem como profissionais da educação.

O profissional que ingressa nesta carreira não tem muitos degraus à sua frente dentro da instituição, o que exclui mais uma forma de motivação importante para iniciar num emprego com estas condições e, principalmente, para permanecer nele ao longo dos anos. Em termos de carreira, o emprego do professor na rede estadual também não oferece condições desejáveis ou compensadoras para o trabalhador (*Ibid*).

De acordo com a legislação, os professores temporários do Paraná além de não possuírem estabilidade, pois são trabalhadores contratados por tempo determinado, não têm direito à licença especial, gratificações por tempo de serviço, promoção e progressão na carreira, assistência e previdência sociais. Quando o professor temporário fica doente tem direito a afastamento remunerado para tratamento de saúde, mas não possui auxílio para tratamento médico. Esse é direito exclusivo dos professores efetivos que possuem o Sistema de Assistência à Saúde dos Professores e Funcionários do Estado do Paraná (SAS). As professoras temporárias possuem o direito à maternidade, conforme especifica a lei. Os temporários também recebem 13^o salário e férias proporcionais ao tempo trabalhado.

²⁶ Artigo 72 - O professor obterá gratificação por tempo de serviço à base: I - de vinte e cinco por cento (25%), após completar vinte e cinco (25) anos de serviço: II - ao completar trinta (30) anos de exercício, cinco por cento (5%) por ano excedente, até o máximo de vinte e cinco por cento (25%); Parágrafo único. A incorporação da gratificação será imediata, inclusive para efeito de aposentadoria, e computada sobre as alterações havidas nos vencimentos. Artigo 73 - A gratificação adicional por tempo de serviço será concedida somente ao professor estável no serviço público.

Para complexificar ainda mais a situação, no Estado do Paraná, o professor temporário somente poderia trabalhar novamente na educação estatal após dois anos de vencimento de seu contrato de trabalho.

Atualmente o Paraná conta com 13 mil professores contratados através do PSS (Processo Simplificado de seleção). Segundo a Lei Complementar 108/2005, estes profissionais só podiam prestar serviço por até 2 (dois) anos. No término deste período, os temporários deveriam ficar outros dois anos afastados antes de estabelecer um novo contrato. (APP, 2007).

No entanto, a legislação apenas dá uma idéia do processo de precarização do trabalho docente temporário. É preciso, pois, verificar no cotidiano como se dá esse processo no Estado do Paraná, sobretudo a partir de 2005, no que se refere às contratações. Por exemplo, o professor temporário contratado para substituir um professor efetivo afastado por licença maternidade (120 dias), ou afastado por licença médica para tratamento de saúde de 30 dias, ficava 2 (dois) anos sem ser contratado novamente, de acordo com a Lei Complementar 108²⁷. Desse modo, o professor temporário vive como um nômade em busca de trabalho, um ser descartável segundo a legislação, portanto, compelido ao desemprego.

A atuação da APP (Associação dos Professores do Paraná) foi fundamental para que o governo paranaense sancionasse, em 29 de agosto de 2007, uma lei que acabou com tal prática que, no mínimo, aumentava a rotatividade do trabalhador temporário na escola paranaense. “A direção da APP - acompanhou o trâmite do Projeto desde o debate nas comissões, durante a aprovação na Assembléia Legislativa, até a sanção da lei”. (APP, 2007, p. 1).

Entretanto, para a Associação dos Professores do Paraná:

a Lei 121/2007 que derruba a “quarentena” para os professores temporários, não desobriga o Estado de realizar concurso público. Pelo contrário. Através da realização dos concursos, os contratos temporários serão substituídos gradativamente por cargos estatutários, garantindo, assim, estabilidade e carreira para os educadores. (APP, 2007).

²⁷ Artigo 14. O pessoal contratado com fundamento nesta Lei não poderá: I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no contrato; II - ser novamente contratado com fundamento nesta lei, antes de decorridos vinte e quatro meses do encerramento do contrato anterior.

A APP (Associação dos Professores do Paraná) vem lutando para que acabe o trabalho temporário. A constante pressão dessa organização sobre o Estado fez com que este abrisse concurso público a ser realizado em 2007, com o objetivo de suprir 14.287 mil vagas existentes em nível de estado.

A licença especial é um direito atribuído somente para os professores efetivos. Além de suas férias anuais, a cada quinquênio ele tem direito a 3 (três) meses de afastamento. É um período em que o professor pode minimizar seu esgotamento físico e mental decorrente da sua rotina profissional. Desse direito, não gozam os professores temporários, como se eles também não necessitassem de recompor suas energias.

Os direitos de afastamento do trabalho com remuneração do professor temporário diferem muito quando comparados com os dos professores que possuem estabilidade. Aos efetivos são concedidos 8 (oito) dias em casos de casamento, falecimento e licença paternidade. Aos temporários, são concedidos apenas 5 (cinco) dias quando ocorrem semelhantes situações. Esta prática induz a uma indagação: por que os professores temporários são tratados de maneira distinta pelo Estado?

Após um trabalho de pesquisa sobre as condições de trabalho dos professores nas escolas da rede estadual de ensino, Codo (1999, p. 99) conclui:

As condições de trabalho destes profissionais são muitas vezes precárias: salário baixo, falta de flexibilidade na administração de recursos; pouca perspectiva de progressão na carreira; trabalho importante, exigente e sem reconhecimento no mesmo nível. Visto dessa forma, em termos organizacionais, tudo o que a escola fornece ao trabalhador a coloca como uma das piores organizações para se trabalhar.

Longa jornada de trabalho também é uma característica profissional do trabalho docente. No Paraná, o professor efetivo que possui 40h/a pode completar até 60h/a semanais de trabalho, sendo 40 h/a efetivas mais 20h/a. Isso ocorre no início do período letivo, após a distribuição de aulas, quando o professor efetivo recebe do NRE um cadastro no qual é solicitado se o mesmo deseja assumir horas aulas, além de sua carga horária.

Tal procedimento caracteriza-se como distribuição de aulas “extraordinárias”, a exemplo do que se mostra na Resolução 4106/2004 que “Dá nova redação à

Resolução n.º 305/2004”, trata da regulamentação de distribuição de aulas²⁸. Esse documento, em seu Art. 1º, § 1º, estabelece que as aulas serão atribuídas a professores: a) ocupantes de cargo efetivo; b) ocupantes de cargo efetivo, na forma de aulas extraordinárias; c) contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, amparados pela Lei 10 219/92. As aulas extraordinárias são assim mencionadas no Art 4º: “As aulas extraordinárias são de cunho eventual ou esporádico, atribuídas aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério e aos professores habilitados do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, exclusivamente para regência de classe na Educação Básica

Dessa forma, nota-se que a diminuição de professores temporários, a partir do ano de 2004, nas escolas do município de Pato Branco/PR, deve-se em parte, a essa política educacional da SEED que consiste em intensificar o trabalho docente dos efetivos, com o aumento da sua jornada de trabalho.

Situação semelhante pode ser vista no Estado de Santa Catarina, a qual foi ilustrada por Fiod e Martineli (2005, p. 38-39), conforme segue:

O governo “estimula” os professores efetivos a aumentarem sua jornada de trabalho. Concede um segundo abono aos servidores ativos ocupantes do cargo de professor do Magistério Público Estadual com regime de quarenta horas semanais um abono de R\$ 100,00 (cem reais). Para os demais, foi concedido um abono proporcional à carga horária: para 30 horas semanais de trabalho, abono de R\$ 75,00; para 20 horas semanais, R\$ 50,00, e de 10 horas, R\$ 25,00. (...) O governo institui, também, abono de 2,5% para o conjunto de “aulas excedentes”, outro modo de os professores elevarem sua carga horária, em detrimento das demais atividades pedagógicas. (...) professores efetivos aumentam o número de aulas dadas, assumem mais disciplinas para completarem sua carga didática. (...) A redução do professor temporário se faz as custas de mais trabalho para os efetivos.

Mediante o exposto neste capítulo, é possível inferir que o trabalho docente, no Estado do Paraná, sofre as conseqüências das transformações do mundo do trabalho. No mundo do trabalho, em vista do grande número de trabalhadores que compõem o “exército de reserva”, e tendo em vista que não há trabalho para todos nesse tipo de sociedade, as relações contratuais tornaram-se flexíveis, o que tem

²⁸ O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 5249, art. 3º, de 21 de janeiro de 2002, e tendo em vista as disposições contidas na Lei Complementar nº 7, de 22 de dezembro de 1976, na Lei Complementar nº 77, de 26 de abril de 1996, na Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, na Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, na Lei nº 13.807, de 30/09/2002, e na Lei Complementar nº 103, de 15/03/2004. (SEED, RESOLUÇÃO Nº 4106/2004).

provocado a precariedade na contratação, bem como nas condições de trabalho. No magistério, nota-se isso por intermédio da contratação de professores temporários, cujos direitos sequer se assemelham aos dos professores efetivos, conforme já demonstrado. Tais condições ilustram, portanto, o processo de precarização e de flexibilização a que a educação paranaense está exposta, desde a década de 1990.

No capítulo terceiro, na seqüência, será demonstrado como isso ocorre nas escolas públicas, em especial, no município de Pato Branco, Sudoeste do Paraná.

4 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO MAGISTÉRIO PARANAENSE

Neste capítulo são apresentados os dados coletados no Núcleo Regional de Pato Branco (NRE), na Secretaria de Estado da Educação (SEED) e nas onze escolas públicas estaduais de Pato Branco. O número total de escolas públicas estaduais neste município é de 15. Uma delas possui Ensino para jovens e Adultos. Foram coletados dados nas onze escolas mencionadas, em razão de que, nas demais, as informações pretendidas não foram disponibilizadas.

4.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL PÚBLICA DO PARANÁ

Além desses dados, outras informações foram obtidas no Núcleo Regional de Educação de Pato Branco (NRE) e na Secretaria de Estado da Educação (SEED). Os dados coletados demonstram o número de professores efetivos e de temporários no Estado do Paraná, conforme gráficos demonstrados na seqüência.

No NRE²⁹, após várias visitas e explicações sobre os objetivos desta pesquisa, foi possível obter dados gerais contendo os números de professores contratados (efetivos e temporários) entre 2000 a 2005, conforme os tipos de contratos de trabalhos descritos, abaixo:

- QPM-P - Professores do Quadro próprio do Magistério (efetivos) do ensino fundamental e médio.
- TF57 - Professor de 5/8 e Ensino Médio contratados por Teste Seletivo (CLT temporários)
- PEPR - Professores Contratados pelo PARANAEDUCAÇÃO (temporários) para Ensino Fundamental e Médio.

²⁹ O Núcleo Regional de Pato Branco possui um total de 70 escolas públicas estaduais distribuídas em 15 municípios na região do sudoeste do Paraná: Bom Sucesso do Sul, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Honório Serpa, Itapejara do Oeste, Mangueirinha, Mariópolis, Palmas, Pato Branco, São João, Saudade do Iguaçu, Sulina e Vitorino.

- REPR - Regime Especial - Professor (temporário) para o Ensino Fundamental e Médio.

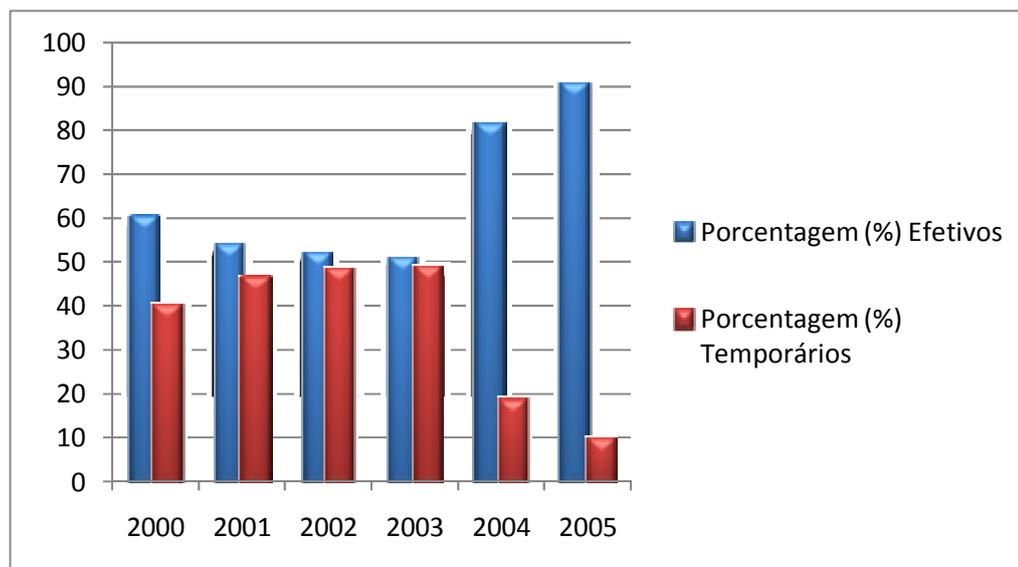
A composição do quadro docente, durante o período de 2000 a 2005, no município de Pato Branco, em 70 escolas do Núcleo Regional de Ensino (NRE), da rede pública estadual apresentava-se da seguinte forma:

Tabela 1: Total de professores efetivos e temporários entre os anos 2000 e 2005, lotados do NRE de Pato Branco.

Ano	Efetivos	Temporários	TOTAL
2000	609	406	1015
2001	598	514	1112
2002	593	551	1144
2003	588	564	1152
2004	825	188	1013
2005	965	107	1072

Fonte: NRE/Pato Branco, 2006.

Gráfico 1: Evolução do quadro de professores efetivos e temporários, nos anos 2000 e 2005, do NRE de Pato Branco.



Fonte: NRE/Pato Branco, 2006.

Mediante esses primeiros dados obtidos, é possível notar que, independente das formas de contratação dos professores temporários, estes formam um

contingente considerável na composição do pessoal docente nas escolas do município de Pato Branco, até ao ano de 2003.

Em 2000, de 1015 professores atuando nas 70 escolas pertencentes ao NRE de Pato Branco, 609 eram professores efetivos e 406 eram professores temporários. Portanto, 60% eram efetivos, contra 40% de temporários.

Em 2001, de um total de 1112 professores, 598 eram efetivos e 514 temporário, portanto, 53,8% dos professores eram efetivos e 46,2% eram temporários. No ano 2002, de 1144 professores, 593 eram efetivos e 551 eram temporários, por conseguinte, 51,8% eram efetivos e 48,2% eram temporários. Em 2003, de um total de 1152 professores, 588 eram efetivos e 564 temporários. Em 2004, de um total de 1013 professores, 965 eram efetivos e 107 temporários, ou seja, 81,4% eram efetivos contra 18,6% de temporários. Em 2005, de um total de 1.072 professores, 965 eram efetivos, restando ainda 107 temporários.

Observa-se que o número total de professores em 6 anos, praticamente, mantém-se: eles somavam (efetivos e temporários) 1.015 em 2000, e em 2004 e 2005, 1.013 e 1.072, respectivamente. Em termos percentuais, tem-se a impressão que houve um aumento significativo de professores efetivos entre 2000 e 2005. Contudo, em termos absolutos, o crescimento de professores efetivos é inexistente até o ano de 2003, inclusive evidenciando uma leve queda. Em 2002, eles eram 609, em 2003, 588. Contudo, nos anos de 2004 e 2005, eles somam 965, por conseguinte, um aumento de 477 professores efetivos. Observa-se que esse incremento do número de professores efetivos corresponde a uma queda de professores temporários. Em 2002, eles somavam 406, com variação para cima em torno de 550 até o ano de 2003. Contudo, em 2004 e 2005, eles sofrem uma queda acentuada e somam 107, o que evidencia uma inversão: ao aumento de 477 efetivos, corresponde uma queda de 457 professores temporários considerando-se os anos 2004 e 2005.

Entretanto, considerando-se o total de professores do NRE - Pato Branco nesses 6 anos, pode-se afirmar que não houve aumento significativo do quadro docente, pois no ano 2000 havia 1015 docentes (efetivos e temporários), e em 2005, 1072, um aumento de apenas 57 docentes considerando-se o total deles nas 70 escolas que se mantém ao longo desse período (2000 a 2005). Por conseguinte, o aumento dos efetivos não corresponde a um aumento significativo do número total de professores nessa região de abrangência do NRE - Pato Branco, ao contrário do

que parece ser. Em relação a 2000 e 2005, houve um aumento de apenas 5,6% no número de professores no período de 6 anos nas escolas do NRE de Pato Branco, ou seja, em 2000 existiam 1015 professores e em 2005 existiam apenas 1.072.

Os dados obtidos na Secretaria de Estado da Educação do Paraná revelaram-se precários, uma vez que o Departamento de Recursos Humanos não disponibilizou estatísticas sobre o número de professores temporários e efetivos, referente ao período solicitado (1990 a 2005). Esta Secretaria forneceu apenas dados relativos aos anos 2004 e 2005 sobre os 32 Núcleos Regionais de Educação que compõem a educação pública do Estado do Paraná. Contudo, ainda que parciais tais informações fornecem uma idéia quanto à composição do quadro de pessoal docente nesse Estado.

Dos 32 Núcleos Regionais do Estado do Paraná, em quatro NRE's houve queda do número de professores no período 2004 a 2005. Na Área Metropolitana Norte, havia um total de 1.863 professores efetivos e temporários em 95 escolas. No ano 2005, esse número decaiu para 1.789 professores. No Núcleo da Área Metropolitana Sul, atuavam 1.966 professores em 2004, em 109 escolas. Em 2005, diminuíram para 1.934 professores. No NRE de Foz do Iguaçu havia um total de 1.240 professores em 57 escolas. Em 2005, esse número diminuiu para 1.239. No NRE de Jacarezinho, em 2004, havia 925 professores em 40 escolas e em 2005 este total caiu para 921. Os demais NRE's do Estado do Paraná obtiveram um aumento irrisório no número total de professores, segundo a Tabela 2, abaixo:

Tabela 2: Total de professores efetivos e temporários entre 2004 e 2005 dos 32 Núcleos Regionais de Educação (NRE's) do Estado do Paraná.

Núcleo Regional de Educação (NRE)	2004			2005		
	Efetivos	Temp.	Total	Efetivos	Temp.	Total
Apucarana	1.035	221	1.256	1.174	117	1.291
Área Metrop. Norte	1.488	375	1.863	1.486	303	1.789
Área Metrop. Sul	1.620	346	1.966	1.694	240	1.934
Assis Chateaubrian	322	64	386	380	44	424
Campo Mourão	804	170	974	928	97	1.025
Cascavel	1.307	311	1.618	1.452	198	1.650
Cianorte	513	105	618	568	61	629
Cornélio Procópio	885	146	1.031	996	89	1.085
Curitiba	4.991	963	5.954	5.661	547	6.208
Dois Vizinhos	305	68	373	343	49	392

Foz do Iguaçu	1.041	199	1.240	1090	149	1.239
Francisco Beltrão	945	210	1.155	2.000	130	2.130
Goioerê	409	68	477	460	36	496
Guarapuava	699	154	853	827	79	906
Irati	503	104	607	589	64	653
Ivaiporã	585	143	728	694	78	772
Jacarezinho	798	127	925	860	61	921
Londrina	2.488	479	2.967	2.790	274	3.064
Maringá	1.963	420	2.383	2.275	207	2.482
Loanda	354	88	442	429	45	474
Paranaguá	746	165	911	818	109	927
Paranavaí	683	133	816	766	72	838
Pato Branco	825	188	1.013	965	107	1.072
Pitanga	290	92	382	359	61	420
Ponta Grossa	1.544	280	1.824	1.767	165	1.932
Telêmaco Borba	422	125	547	453	98	551
Toledo	1.031	220	1.251	1.191	124	1.315
Umuarama	900	195	1.095	1.019	85	1.104
União da Vitória	523	99	622	588	72	660
Wenceslau Braz	339	99	438	398	63	461
Laranjeiras do sul	409	99	508	459	64	523
Ibaiti	327	98	425	391	44	435
TOTAL	31.094	6554	37.648	35.870	3928	39.798

Fonte: SEED/Departamento de Recursos Humanos. Curitiba/PR, 2007.

Percentualmente, considerando os anos de 2004 e 2005, no Estado do Paraná, os dados demonstram que: em 2004, entre 76% a 86% dos professores eram efetivos e 24% a 16% temporários. Em 2005, 91% a 82% eram efetivos e 16% a 7% temporários. Tais dados, em termos percentuais, não contrariam os dados coletados no NRE - Pato Branco, mas evidenciam a diminuição de professores temporários em todo o Estado. Isso nos faz supor que a SEED, talvez, tenha considerado inoportuna a divulgação de informações referentes a períodos anteriores, quando predominava no quadro de pessoal docente professores temporários, conforme se pode notar na Tabela 3, a seguir:

Tabela 3: Porcentagem do aumento dos professores efetivos e temporários nos NRE's de Educação do Estado do Paraná.

Núcleo Regional de Educação (NRE)	2004		2005	
	Efetivos (%)	Temporários (%)	Efetivos (%)	Temporários (%)
Apucarana	82,4	17,6	90,9	9,1
Área Metropolitana Norte	79,9	20,1	83,1	16,9
Área Metropolitana Sul	82,4	17,6	87,6	12,4
Assis Chateaubrian	83,4	16,6	89,6	10,4
Campo Mourão	82,5	17,5	90,5	9,5
Cascavel	80,8	19,2	88,0	12,0
Cianorte	83,0	17,0	90,3	9,7
Cornélio Procópio	85,8	14,2	91,8	8,2
Curitiba	83,8	16,2	91,2	8,8
Dois Vizinhos	81,8	18,2	87,5	12,5
Foz do Iguaçu	84,0	16,0	88,0	12,0
Francisco Beltrão	81,8	18,2	93,9	6,1
Goioerê	85,7	14,3	92,7	7,3
Guarapuava	81,9	18,1	91,3	8,7
Irati	82,9	17,1	90,2	9,8
Ivaiporã	80,4	19,6	89,9	10,1
Jacarezinho	86,3	13,7	93,4	6,6
Londrina	83,9	16,1	91,1	8,9
Maringá	82,4	17,6	91,7	8,3
Loanda	80,1	19,9	90,5	9,5
Paranaguá	81,9	18,1	88,2	11,8
Paranavaí	83,7	16,3	91,4	8,6
Pato Branco	81,4	18,6	90,4	9,6
Pitanga	75,9	24,1	85,5	14,5
Ponta Grossa	84,6	15,4	91,5	8,5
Telêmaco Borba	77,1	22,9	82,2	17,8
Toledo	82,4	17,6	90,6	9,4
Umuarama	82,2	17,8	92,3	7,7
União da Vitória	84,1	15,9	89,1	10,9
Wenceslau Braz	77,4	22,6	86,3	13,7
Laranjeiras do sul	80,5	19,5	87,8	12,2
Ibaiti	76,9	23,1	89,9	10,1
TOTAL	82,0	18,0	89,6	10,4

Fonte: SEED/Departamento de Recursos Humanos - Curitiba/PR - 2007.

A dificuldade na obtenção de dados junto aos órgãos públicos educacionais impôs-nos a necessidade de reorientar a pesquisa empírica. Desse modo, das quinze escolas públicas estaduais de Ensino Fundamental – de 5ª a 8ª séries – e de Ensino Médio, do município de Pato Branco, foram investigadas onze, de acordo com as razões já explanadas no início deste capítulo. Os dados referem-se ao período 1991 a 2005, e a ordem de apresentação de cada escola foi feita seguindo o seguinte critério: informações mais longínquas sobre o período focalizado nesta pesquisa.

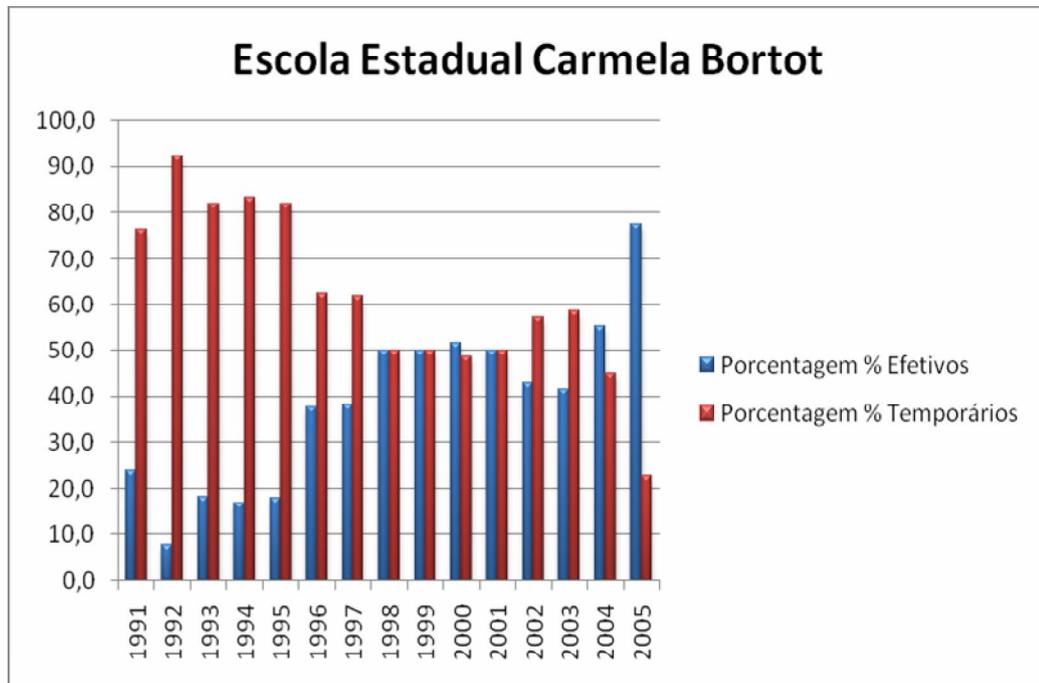
Nesse sentido, a Escola Estadual Carmela Bortot precede as demais, justamente por possuir informações desde o ano 1991, o que nem sempre pode ser observado em todas as escolas.

Tabela 4: Número de professores efetivos e temporários entre 1991 a 2005, na Escola Estadual Carmela Bortot - Ensino Fundamental.

Ano	Efetivos	Temporários	Total
1991	5	16	21
1992	3	36	39
1993	6	27	33
1994	6	30	36
1995	7	32	39
1996	12	20	32
1997	8	13	21
1998	12	12	24
1999	12	12	24
2000	16	15	31
2001	14	14	28
2002	12	16	28
2003	12	17	29
2004	16	13	29
2005	24	7	31

Fonte: Secretaria da Escola Estadual Carmela Bortot - Pato Branco-PR, 2006.

Gráfico 2: Professores efetivos e temporários entre os anos 1991 a 2005, da Escola Estadual Carmela Bortot - Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries).



Fonte: Secretaria da Escola Estadual Carmela Bortot, Pato Branco-PR, 2006.

Os dados dessa escola evidenciam que, de 1991 a 1997, o número de contratos temporários de professores era superior ao dos efetivos. No ano de 1991, de um total de 21 professores, 76,2% eram temporários, contra 23,8% de professores efetivos. No ano de 1992, os temporários aumentaram para 92,3%, sendo que apenas 7,7% eram efetivos de um total de 39 professores. Em 1993, de 33 professores, os temporários somavam 81,8% do total de professores e somente 18,2% eram efetivos. Em 1994, os temporários continuavam em 83,3%, e somente 16,7%, eram efetivos. Em 1995, 82,1% dos professores desta escola eram temporários, e 17,9%, efetivos. Nos anos de 1996 a 1999, o número de professores temporários praticamente não se altera.

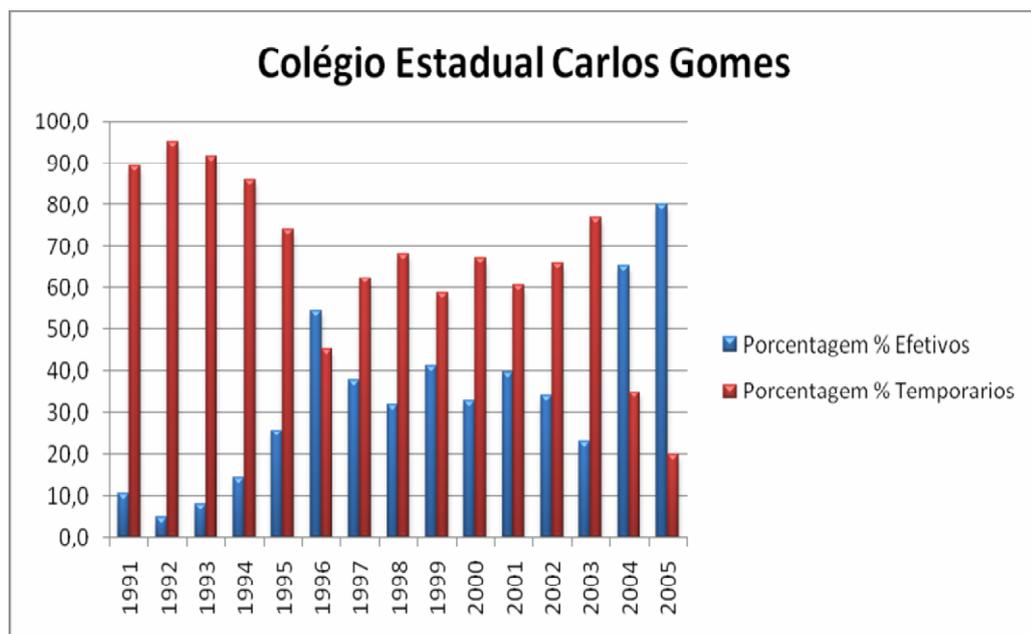
A segunda instituição escolar pesquisada foi o Colégio Estadual Carlos Gomes (Ensino Fundamental e Médio), Os dados obtidos nesse Colégio datam de 1991 a 2005 e estão apresentados, a seguir.

Tabela 5: número de professores efetivos e temporários entre 1991 a 2005, no Colégio Estadual Carlos Gomes - Ensino Fundamental e Médio.

Ano	Efetivos	Temporários	Total
1991	5	42	47
1992	3	59	62
1993	5	56	61
1994	10	61	71
1995	17	49	66
1996	36	30	66
1997	26	43	69
1998	22	47	69
1999	21	30	51
2000	17	35	52
2001	19	29	48
2002	17	33	50
2003	12	40	52
2004	32	17	49
2005	36	9	45

Fonte: Secretaria do Colégio Carlos Gomes, 2006.

Gráfico 3: Total de professores- efetivos e temporários- entre os anos 1991 a 2005 do Colégio Estadual Carlos Gomes - Ensino Fundamental e Médio.



Fonte: Secretaria do Colégio Estadual Carlos Gomes - Ensino, 2006, Pato Branco-PR.

Em 1991, de um total de 47 professores, 5 eram efetivos e 42 temporários. Em 1992, de 62 professores, somente 3 eram efetivos contra 56 temporários. No ano de 1993, de um total de 61 professores, 5 eram efetivos e 56 temporários. Em 1994, de 71 professores, 10 eram efetivos e 61 temporários. No ano de 1995, de um total de 66 professores, 17 eram efetivos, contra 49 temporários. No ano de 1996, de um total de 66 professores, 36 eram efetivos e 30 continuavam temporários. Em 1997, de 69 professores, 26 eram efetivos, contra 43 temporários. Em 1998, de um total de 69 professores, 22 eram efetivos e 30 temporários. No ano de 1999, de 51 professores, 21 eram efetivos e 30 temporários. Em 2000, de um total de 52 professores, 17 mantiveram-se efetivos contra 35 temporários. Em 2001, de 48 professores, 19 eram efetivos e 29 temporários. Em 2002, de 40 professores, 33 eram temporários e 17 eram efetivos. No ano de 2003, de um total de 52 professores 12 eram efetivos e 40 temporários. Em 2004, de 49 professores, 32 eram efetivos contra 17 temporários. Em 2005, de 45 professores, 36 eram efetivos e 9 temporários.

Em análise percentual, no ano de 1991, trabalhavam na escola, 10,6% de professores efetivos, contra 89% de temporários. Em 1992, sobe o número de temporários para 95,2% contra 4,8%. Em 1993, 91,8% eram temporários, enquanto 8,2 eram efetivos. Em 1994, 14,1% eram efetivos contra 85,9% temporários. No ano de 1995, 25,8% eram efetivos, e 74,2% eram temporários. Em 1996, 54,5 professores eram efetivos e 45,5 permaneciam temporários. Em 1997, 62% eram temporários e 37,7% efetivos. Em 1998, 68,1% eram temporários, enquanto que 31,9% eram efetivos. No ano de 1999, 58,8% eram temporários, e 41,2% efetivos. Em 2000, 67,3% eram temporários e 32,7% efetivos. No ano de 2001, 60,4% eram temporários contra 39,6% de efetivos. Em 2002, 66% continuavam temporários e 34% efetivos. Em 2003, 76,9% eram temporários e 31,1% eram efetivos. Em 2004, 34,7% eram temporários e 65% eram efetivos. No ano de 2005, 80% eram efetivos e 20% temporários.

Essa escola reflete o movimento de diminuição de temporários configurado a nível estadual. Mas, considerando-se o total de professores, independente de serem efetivos ou temporários, percebe-se que há um decréscimo no número desses professores. Em 1991 eles somavam 47, em 2005, 45. Há vários fatores que podem ter levado a isso, dentre eles, podemos mencionar as políticas públicas educacionais, tais como: concursos públicos nos anos de 1996 e em 2004, o

Programa de Adequação Idade-Série - Projeto Correção de Fluxo Escolar³⁰, assim como o Estatuto do Menor e do Adolescente, que proíbe menores de estudarem no período noturno. Em face disso, a diminuição do número de professores temporários deve-se, então, a fatores como: aumento do número de professores efetivos, via concursos, diminuição de turmas em razão do Projeto Correção de Fluxo, e pela proibição do ECA em relação a alunos com menor idade.

Isso não significou a diminuição de escolas de quinta à oitava série e Ensino Médio, no Paraná, mas significou a redução do número de alunos, bem como de professores temporários, uma vez que os efetivos foram compelidos a desdobrar a sua carga horária. Ou seja, esse processo provocou um enxugamento do quadro docente, aumentando, portanto, o número de professores desempregados.

A terceira instituição focalizada é o Colégio Estadual Castro Alves, o qual oferece Ensino Fundamental (de 5.^a a 8.^a séries) e Médio. Os dados coletados neste colégio são referentes aos anos de 1992 a 2005, conforme a Tabela 6, a seguir:

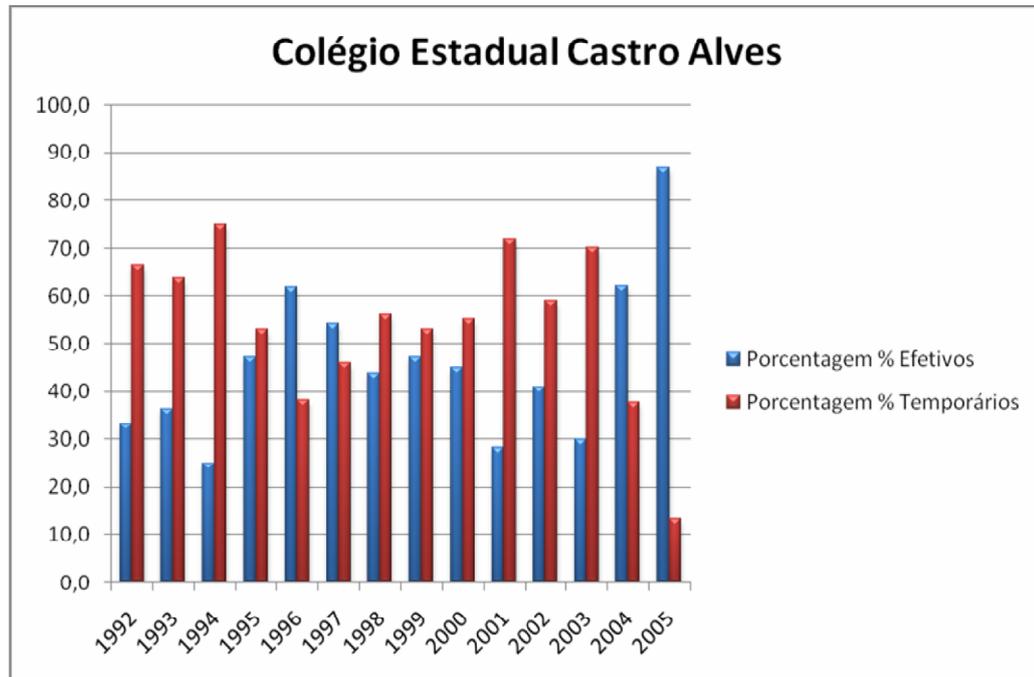
Tabela 6: Número de professores efetivos e temporários entre 1992 a 2005, no Colégio Estadual Castro Alves - Ensino Fundamental e Médio.

Ano	Efetivos	Temporários	Total
1992	13	26	39
1993	16	28	44
1994	12	36	48
1995	16	18	34
1996	21	13	34
1997	20	17	37
1998	18	23	41
1999	16	18	34
2000	22	27	49
2001	17	43	60
2002	16	23	39
2003	15	35	50
2004	28	17	45
2005	33	5	38

Fonte: secretaria da Escola Estadual Castro Alves.

³⁰ Trata-se de um processo de intervenção voltado principalmente para enfrentar a distorção idade-série dos alunos de quinta a oitava séries do ensino fundamental. Com o Projeto Correção de Fluxo Escolar iniciou-se essa adequação para um contingente estimado de 220 mil alunos de quinta, sexta e sétima séries. Entre 1997/1998 matricularam-se 110.349 alunos no projeto, sendo que 48% encontravam-se na quinta série, 40,4% na sexta e 11,6% na sétima série.

Gráfico 4: Número de professores efetivos e temporários de 1992 a 2005 do Colégio Estadual Castro Alves - Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) e Ensino Médio.



Fonte: Secretaria da Escola Estadual Castro Alves, 2006, Pato Branco-PR.

No ano de 1992, num total de 39 professores, 13 eram efetivos e 26 temporários. Em 1993, 16 eram efetivos e 28 temporários de um total de 44 professores. Em 1994, 12 eram efetivos e 36 temporários somando 48 professores. Em 1995, havia 16 professores efetivos contra 18 temporários de um total de 34. Em 1996, num total de 34 professores, 16 eram efetivos e 18 temporários. Em 1997, de 37 professores, 20 eram efetivos contra 17 temporários. Em 1998, de 41 professores, eram efetivos 18 e 23 eram temporários. Em 1999, de 34 professores, 16 eram efetivos contra 18 temporários. No ano de 2000, de 49 professores 22 são efetivos e 27 temporários. Em 2001, de 60 professores 17 eram efetivos e 43 temporários. Em 2002, de 39 professores, 16 eram efetivos e 23 temporários. No ano de 2003, de 50 professores 15 eram efetivos e 35 temporários. Em 2004, de 45 professores 28 eram efetivos e 17 temporários. Em 2005 de 38 professores, 33 eram efetivos e 5 temporários.

Neste estabelecimento de ensino também se pode detectar que, de 1992 a 1995, o número de professores temporários superava o número de professores efetivos. Os números dos professores efetivos e temporários, nos anos de 1992 e 1993, mantiveram-se num cenário muito parecido. Em 1992, 66,7%, ou seja, de um total de 39 professores sendo 13 efetivos e 26 temporários. Em 1993, num total de

44 professores 63,6% eram temporários. Em 1994, o número de professores temporários aumentou para 75%, e, em 1995, os professores temporários continuaram sendo a maioria neste Colégio. Os professores efetivos foram mantidos como maioria também no ano de 1997 com 54,1%, de um total de 37 professores. Já no ano posterior, 1998, 56,1% dos professores eram temporários e essa porcentagem oscilava sempre ultrapassando o número de professores efetivos, até no ano de 2003. Em 2001, a porcentagem de professores temporários ascendeu de forma espantosa, ou seja, 71,7% do quadro docente da escola representavam os temporários e apenas 28,3% eram efetivos (do total de 60 professores, 17 eram efetivos e 43 professores temporários) Em 2002, a porcentagem de temporários ainda ultrapassava o dos efetivos: 41,0% efetivos e 59% temporários. Em 2004, havia 28 professores efetivos. Os temporários decresceram sensivelmente para 37,8% e, em 2005 caiu para 13,2% o número de temporários, restando 5 professores temporários um total de 38.

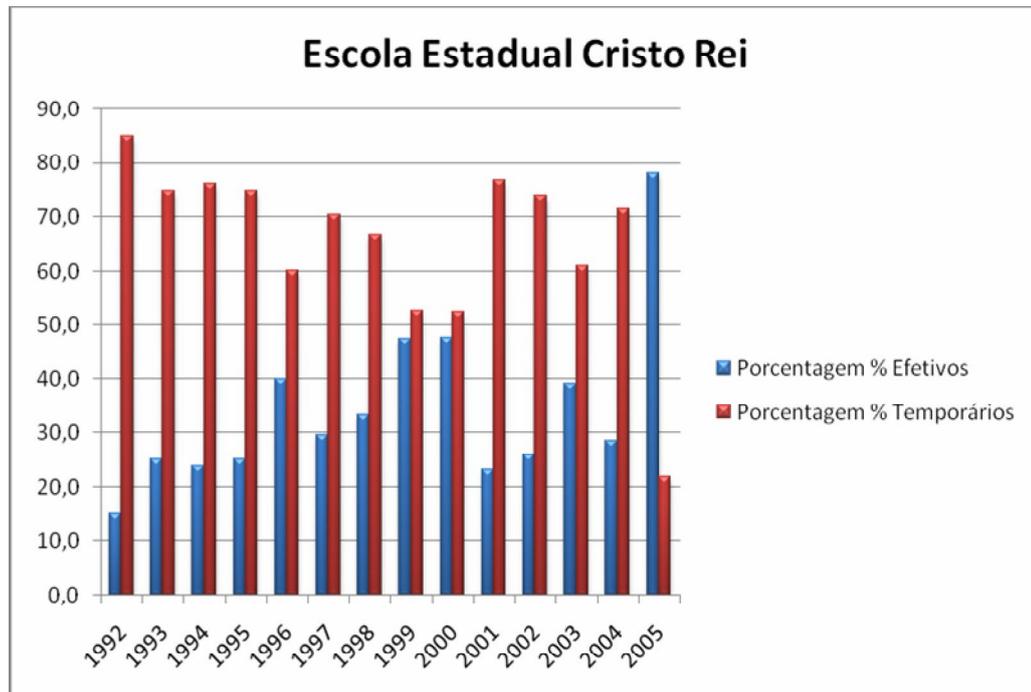
A quarta instituição pesquisada é a Escola Estadual Cristo Rei, que oferece somente o Ensino fundamental (de 5/8ª séries). Ainda que ela seja menor do que as escolas já mencionadas, isso não a torna menos importante neste estudo.

Tabela 7: Número de professores efetivos e temporários entre 1992 a 2005, na Escola Estadual Cristo Rei - Ensino Fundamental.

Ano	Efetivos	Temporários	Total
1992	3	17	20
1993	4	12	16
1994	5	16	21
1995	7	21	28
1996	10	15	25
1997	8	19	27
1998	8	16	24
1999	9	10	19
2000	10	11	21
2001	6	20	26
2002	7	20	27
2003	9	14	23
2004	10	25	35
2005	25	7	32

Fonte: Secretaria da Escola Estadual Cristo Rei, 2006, Pato Branco-PR.

Gráfico 5: Total de professores- efetivos e temporários - entre os anos 1992 a 2005 da Escola Estadual Cristo Rei - Ensino Fundamental (5/8ª séries).



Fonte: Secretaria da Escola Cristo Rei, 2006, Pato Branco-PR.

Entre os anos de 1992 até 2004, nesta escola, os professores temporários sempre ultrapassaram o número de professores efetivos. Em 1992, 85% do total de 20 professores eram temporários e apenas 15% efetivos. Em 1993, de um total de 16 professores, 75% continuaram sendo temporários sendo somente 25% professores efetivos. Em 1994, 21 era o número total de professores atuantes nessa escola. Desse total, 23,8% eram efetivos contra 76,2% de temporários. Em 1995, 25% eram efetivos e 75% continuaram como temporários, num total de 28 professores. Em 1996, ano de concurso público, o número de temporários caiu para 60%, e os efetivos aumentaram para 40%, de um total de 35 professores. Em 1997, o número de professores temporários voltou a crescer, atingindo 70,4% de um total de 27 professores. Em 1998, apenas 33,3% dos professores eram efetivos, enquanto que 66,7% eram temporários de um total de 24 professores. Em 1999 e 2000, os números quase se equipararam sendo 52% de temporários e 47% de professores efetivos (9 a 11 respectivamente). Em 2001 e 2002 voltou a crescer o número de temporários, oscilando entre 74% a 76% de temporários e 23% a 25% de professores efetivos atuando na Escola Estadual Cristo Rei.

No ano de 2003 de um total de 23 professores, 39,1% (9 professores) eram efetivos e 60,9% (14 professores) se mantiveram temporários. Em 2004, o número

de temporários avançou, acentuadamente, para 71,4% (25 professores), contra 28,6% (10 professores) de efetivos de um total de 35 professores. No ano de 2005, de um total de 35 professores, 25 eram efetivos contra 7 temporários, ou seja, 78,1% eram efetivos e 21,9% continuaram temporários.

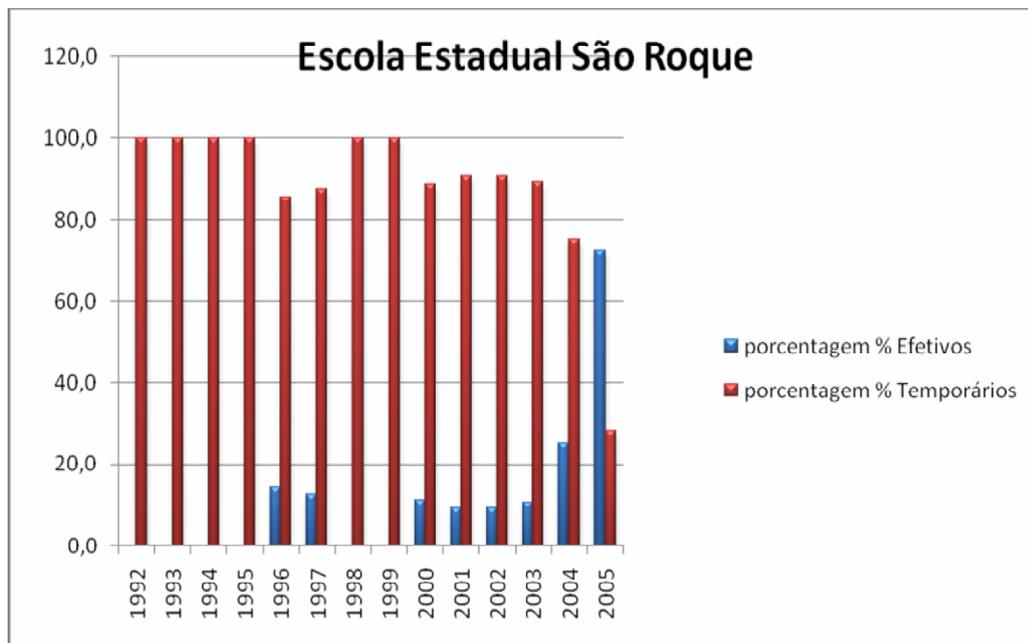
Também foram coletados dados da Escola Estadual São Roque que oferece o Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries), localizada no Distrito de Nova Espero, no município de Pato Branco. A referida Escola é considerada de difícil acesso devido à distância (17 km) em relação à sede do município. Talvez seja por esse motivo que esta escola apresente uma distinção importante quando comparada a outras instituições. Os dados coletados, abaixo, referem-se aos anos de 1992 a 2005.

Tabela 8: Número de professores efetivos e temporários entre 1992 a 2005, na Escola Estadual São Roque - Ensino Fundamental.

Ano	Efetivos	Temporários	Total
1992	0	15	15
1993	0	14	14
1994	0	15	15
1995	0	8	8
1996	1	6	7
1997	1	7	8
1998	0	11	11
1999	0	7	7
2000	1	8	9
2001	1	10	11
2002	1	10	11
2003	2	17	19
2004	3	9	12
2005	13	5	18

Fonte: Secretaria da Escola Estadual São Roque, 2006, Pato Branco/PR.

Gráfico 6: Total de professores efetivos e temporários entre 1992 a 2005 - Escola Estadual São Roque - Ensino Fundamental (5/8ª séries).



Fonte: Secretaria da Escola Estadual São Roque, 2006, Pato Branco/PR.

Entre 1992 a 1995, 100% dos professores nessa Escola eram temporários de um total que oscilava entre 8 e 15 professores. Em 1996 e 1997, o número de professores temporários caiu para 87% e 85% e somaram entre 7 e 8. Em 1998 e 1999, novamente os professores temporários eram 100% do quadro docente. Do ano 2000 a 2004, os números de docentes temporários oscilavam entre 90% a 75%. Somente em 2005, o número de (13 professores) efetivos (72,2%), superou o número (5 professores) de professores temporários, (27,8%).

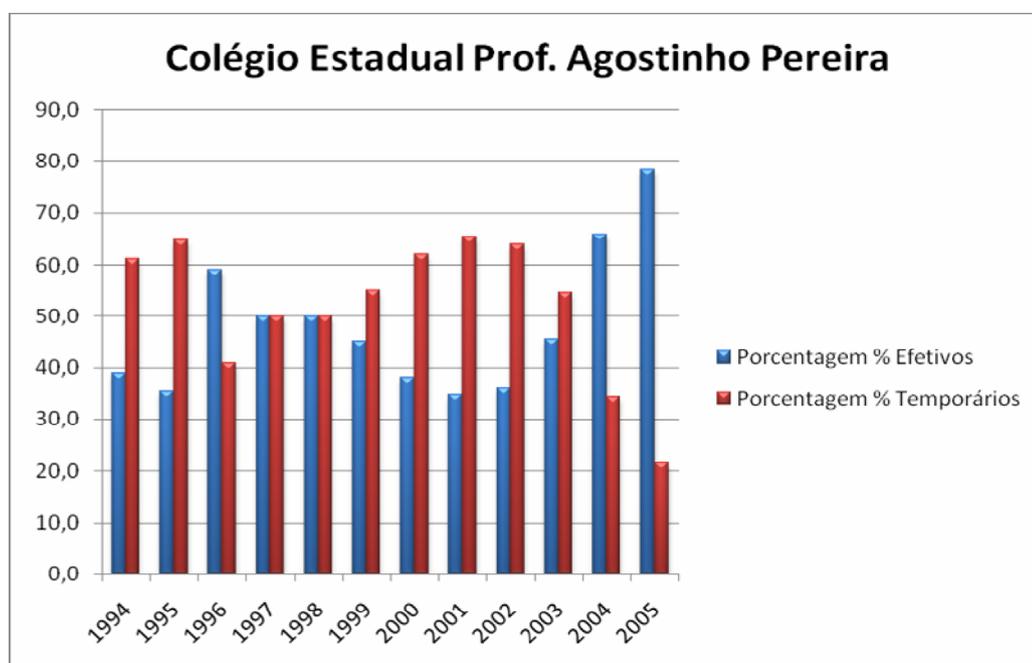
A sexta instituição estudada é o Colégio Estadual Professor Agostinho Pereira que oferece Ensino Fundamental (5/8ª séries) e Médio. É um dos colégios mais procurados pela comunidade por estar localizado no centro da cidade de Pato Branco. As vagas são muito disputadas, tanto pelos alunos da zona urbana, quanto pelos da zona rural. Por sua vez, os professores também almejam trabalhar nesse colégio. Os dados coletados referem-se ao período 1994 a 2005, conforme mostrados na Tabela 9, a seguir:

Tabela 9: Número de professores efetivos e temporários entre 1994 a 2005, no Colégio Estadual Prof. Agostinho Pereira - Ensino Fundamental e Médio.

Ano	Efetivos	Temporários	Total
1994	21	33	54
1995	18	33	51
1996	26	18	44
1997	23	23	46
1998	19	19	38
1999	18	22	40
2000	19	31	50
2001	18	34	52
2002	18	32	50
2003	30	36	66
2004	48	25	73
2005	47	13	60

Fonte: Secretaria do Colégio Est. Prof. Agostinho pereira.

Gráfico 7: Total de professores efetivos e temporários entre 1994 a 2005, do Colégio Estadual Professor Agostinho Pereira - Ensino Fundamental (5/8ª séries) e Médio.



Fonte: Secretaria do Colégio Est. Prof. Agostinho pereira, 2006, Pato Branco/PR.

Oberva-se, que, no ano de 1994, dos 54 professores na referida escola, 21 eram efetivos e 33 temporários. Então, 38,9% eram efetivos e 61,1 temporários. No ano seguinte, 1995, o número de efetivos decaiu, pois de um total de 51

professores, 18 eram efetivos e 33 continuavam temporários. No ano de 1996, ano de realização de concurso público, o número de efetivos aumentou com relação aos temporários. De um total de 44 professores, 26 professores, (59,1%), eram efetivos e 18 professores, (40,0%) trabalhavam com contrato temporário. O número de temporários passa a ser considerável. No ano de 1997, houve equiparação entre efetivos e temporários. Num total de 46 professores, 23 (50%) eram efetivos e, 23 (50%) eram temporários. No ano seguinte, 1998, também houve um empate de número de efetivos e temporários. De 38 professores, 50% eram efetivos e 50% temporários. No ano de 1999, os temporários voltaram a ultrapassar em número os professores efetivos. 45% eram efetivos, contra 55% de temporários, de um total de 40 professores. De 2000 a 2002 a porcentagem dos temporários ultrapassou a dos efetivos nos três anos subseqüentes. De um total aproximado de 50 professores atuantes, 62% a 64% eram temporários, restando uma porcentagem de 32% a 36% de efetivos. No ano 2003, houve um aumento de professores efetivos (45,5%), mas ainda permaneceu uma porcentagem de 54,5% de temporários nesse ano, de um total de 66 professores. Em 2004, de um total de 73 professores, 48 (65,8%) eram efetivos e 25 (34,2%), eram professores temporários. No ano de 2005 de um total de 60 professores, 47 eram efetivos (78,3%) e 13, cerca de 21,7%, permaneceram trabalhando com contrato temporário.

Na sétima escola pesquisada, os dados obtidos sobre professores são entre os anos de 1994 a 2005. Trata-se da Escola Estadual Rui Barbosa que oferece o Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries).

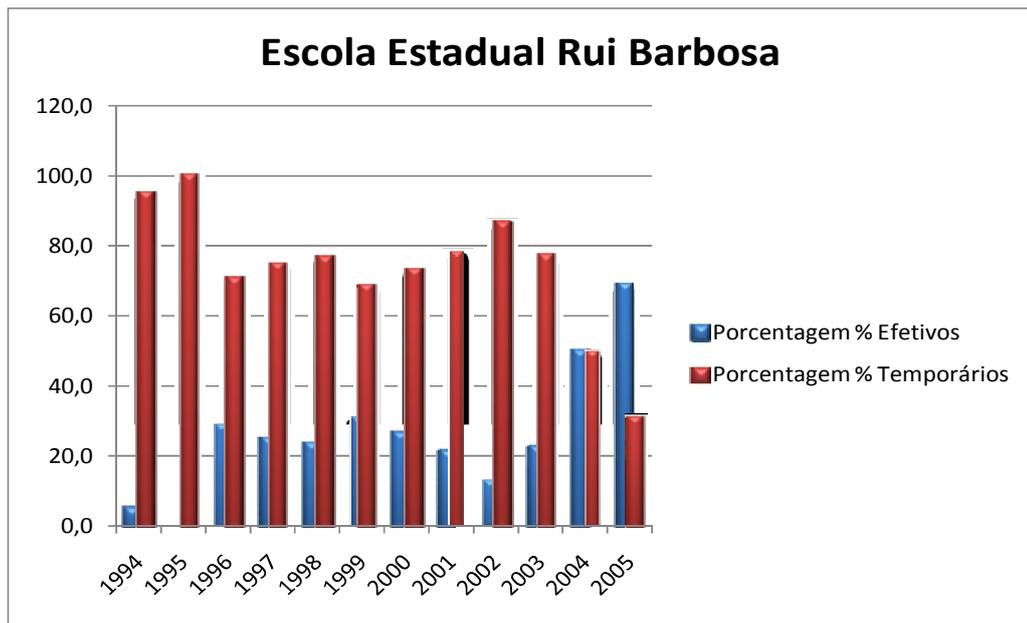
Tabela 10: Número de professores efetivos e temporários entre 1994 a 2005, da Escola Estadual Rui Barbosa - Ensino Fundamental

Ano	Efetivos	Temporários	Total
1994	1	19	20
1995	0	24	24
1996	7	17	24
1997	7	21	28
1998	7	23	30
1999	5	11	16
2000	4	11	15
2001	5	18	23
2002	3	20	23

2003	5	17	22
2004	12	12	24
2005	18	8	26

Fonte: Secretaria da Escola Estadual Rui Barbosa.

Gráfico 8: Total de professores - efetivos e temporários entre 1994 a 2005, da Escola Estadual Rui Brabosa - Ensino Fundamental (5/8ª séries).



Fonte: Secretaria da Escola Estadual Rui Barbosa, 2006, Pato Branco/PR.

Observa-se, que, nos anos de 1994 e 1995, o número de professores temporários representava de 95% a 100% do total (20 e 24 respectivamente) de professores atuantes na referida Escola. De 1996 a 2003, o número de temporários oscilava entre 68% a 78,3%, de um total entre 15 a 28 professores. No ano de 2004, 50% eram temporários e 50% efetivos. Somente no ano de 2005 o número de temporários diminuiu para (8 professores), 30,8% e os professores efetivos representavam a maioria (18 professores), com uma porcentagem de 69,2%, num total de 26 professores.

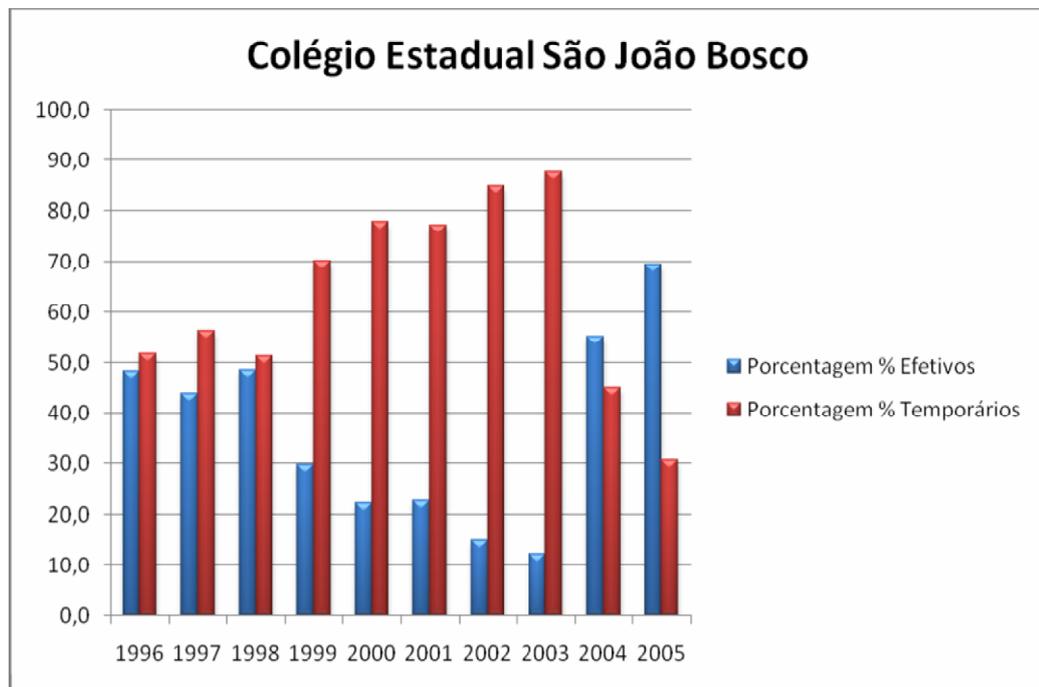
A oitava instituição representada, abaixo, é o Colégio Estadual São João Bosco, que oferece Ensino Fundamental de 5/8ª séries e Ensino Médio, no Bairro Planalto, local distante do centro do município (5 km). Os dados coletados referem-se ao período de 1996 a 2005.

Tabela 11: Número de professores efetivos e temporários entre 1996 a 2005, no Colégio Estadual São João Bosco - Ensino Fundamental e Médio.

Ano	Efetivos	Temporários	Total
1996	14	15	29
1997	14	18	32
1998	18	19	37
1999	11	26	37
2000	12	42	54
2001	10	34	44
2002	9	51	60
2003	7	50	57
2004	27	22	49
2005	34	15	49

Fonte: Secretaria do Colégio Est. São João Bosco, 2006, Pato Branco/PR.

Gráfico 9 - Total de professores efetivos e temporários entre 1996 a 2005 do Colégio Estadual São João Bosco - Ensino Fundamental (5/8ª série) e Médio.



Fonte: Secretaria do Colégio Est. São João Bosco, 2006, Pato Branco/PR.

Pelos dados expostos, percebe-se que no ano de 1996 de um total de 29 professores, 48,3% eram efetivos e 51,7% temporários. Em 1997, de um total de 32 professores, 14 eram efetivos (43,8%) e 18 temporários (56,3%). Em 1998, os números mantiveram-se semelhantes aos do ano anterior. No ano de 1999, o

aumento de temporários saltou para 70,3%, ou seja, de 19 professores temporários, em 1998, saltou para 26 professores temporários em 1999. Em 2000, de um total de 54 professores, 12 eram efetivos,(22,2%) e 42 professores temporários (77,8%). Em 2001, manteve-se a mesma média de efetivos e temporários. Em 2002, de 60 professores atuando em sala de aula, 85%, (51 professores) eram temporários, contra 15%, (9 professores) efetivos. Em 2004 e 2005, o total de professores eram 49. Destes, em 2004, 55,1% eram efetivos e 44,9% temporários. No ano de 2005, 69,4% eram efetivos e 30,6% ainda continuavam trabalhando de forma temporária. O número de temporários era significativo por ser um ano em que professores deveriam assumir vaga pela aprovação no concurso público.

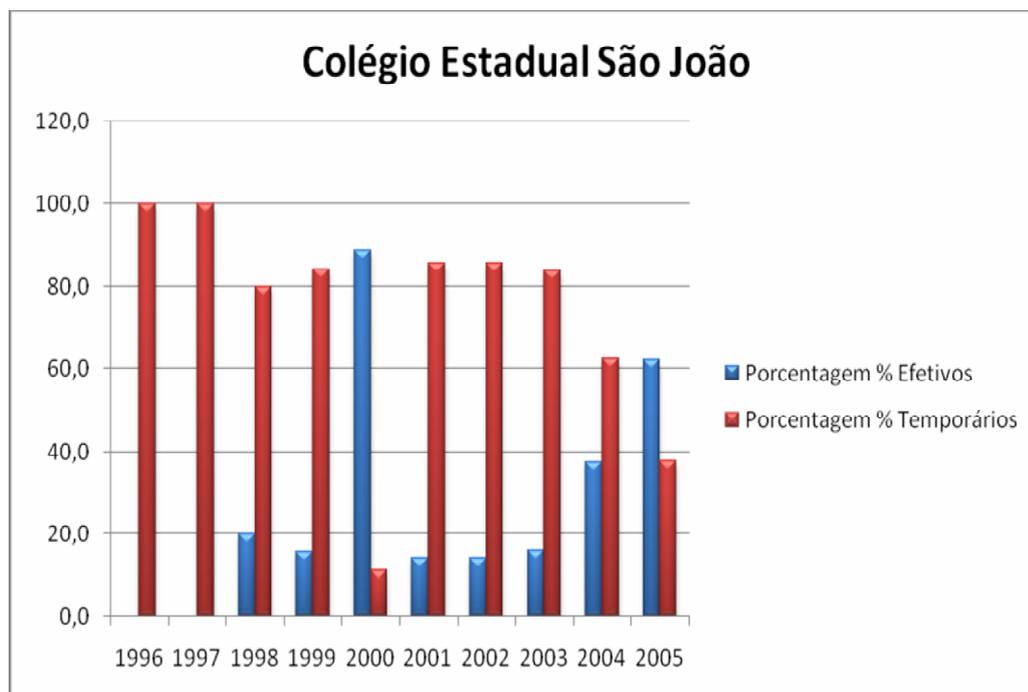
A nona instituição estudada é o Colégio Estadual São João que oferece Ensino Fundamental(5/8ª séries) e Ensino Médio. O mesmo está também localizado num bairro de difícil acesso e é um dos colégios mais pobres e violentos do município de Pato Branco. Os dados coletados foram refereem-se ao período de 1996 a 2005.

Tabela 12: Número de professores efetivos e temporários entre 1996 a 2005 no Colégio Estadual São João - Ensino Fundamental e Médio.

Ano	Efetivos	Temporários	Total
1996	0	5	5
1997	0	6	6
1998	3	12	15
1999	3	16	19
2000	2	16	18
2001	3	19	22
2002	3	18	21
2003	4	21	25
2004	12	20	32
2005	23	14	37

Fonte: Secretaria do Colégio Est. São João, 2006.

Gráfico 10: Total de professores- efetivos e temporários, entre 1996 a 2005, Colégio Estadual São João - Ensino Fundamental e Médio.



Fonte: Secretaria do Colégio Est. São João, 2006.

Observa-se, que nos anos de 1996 e 1997, os professores que atuavam neste colégio (5 e 6 professores respectivamente) eram 100% constituídos por temporários. Do ano de 1999 até 2003, o número de temporários ficou em torno de 80% a 88% (de um total entre 15 a 25 professores). Em 2004, o número de temporários baixou para 62,5% e os efetivos representavam 37,5%, de um total de 32 professores atuando nesse colégio. Em 2005, 62,2% (23 dos professores atuantes) efetivaram-se, restando ainda (14 professores) como temporários, uma porcentagem significativa de 37,8%.

A décima instituição pesquisada é o Colégio Estadual Pato Branco, entre o período de 1998 a 2005. Oferece Ensino Fundamental (5/8ª séries), Ensino Médio e Ensino Médio profissionalizante.

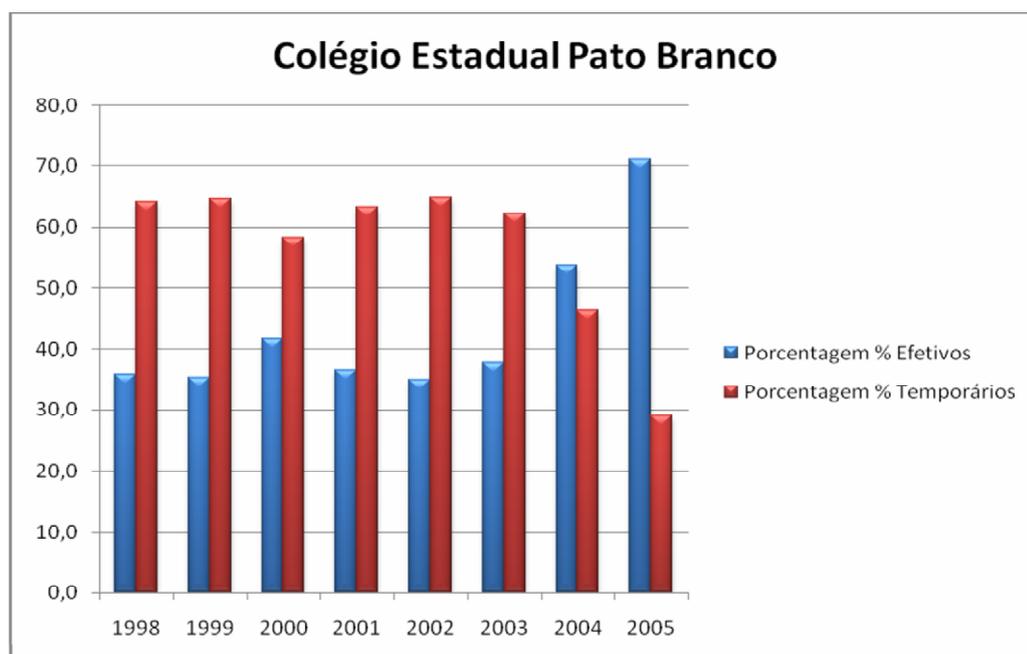
Tabela 13: Número de professores efetivos e temporários entre 1998 a 2005, no Colégio Estadual Pato Branco - Ensino Fundamental e Médio.

Ano	Efetivos	Temporários	Total
1998	28	50	78
1999	23	42	65
2000	25	35	60
2001	26	45	71

2002	27	50	77
2003	17	28	45
2004	37	32	69
2005	54	22	76

Fonte: Secretaria do Colégio Estadual Pato Branco, 2006, Pato Branco/PR.

Gráfico 11: Total de professores efetivos e temporários entre 1998 a 2005 no Colégio Estadual Pato Branco - Ensino Fundamental (5/8ª séries), Médio e Profissional.



Fonte: Secretaria do Colégio Estadual Pato Branco, 2006, Pato Branco/PR.

Os números explicitados mostram que, de 1998 a 2003, o número de professores temporários sempre ultrapassou o número de professores efetivos. Em 1998, 64,1%, eram professores temporários, ou seja, 50 de um total de 78 professores, enquanto que, 35,9%, (28) eram professores efetivos. Essa porcentagem se manteve no ano seguinte. Em 1999, de um total de 65 professores, 64,6% eram temporários, isto é, 42 professores. 35,4% eram efetivos somando 23 professores. No ano 2000, de um total de 60 professores, sendo efetivos 26 e 45 temporários. 41,7% eram professores efetivos, mas ainda atuavam neste mesmo ano, 58,3% de professores temporários. No ano de 2001, de um total de 71 professores, somente 37,6% eram efetivos, ou seja, 25 professores contra 62,2 temporários, totalizando 35 professores. Em 2004, o total de professores desse colégio era de 69. Destes, 53,6%, (37 professores) eram efetivos e 46,4%, (32 professores) temporários. No ano de 2005, de um total de 76 professores, 53,6%,

(54 professores) se efetivaram, mas permaneceram, 28,9%, (22 professores), contratados temporariamente.

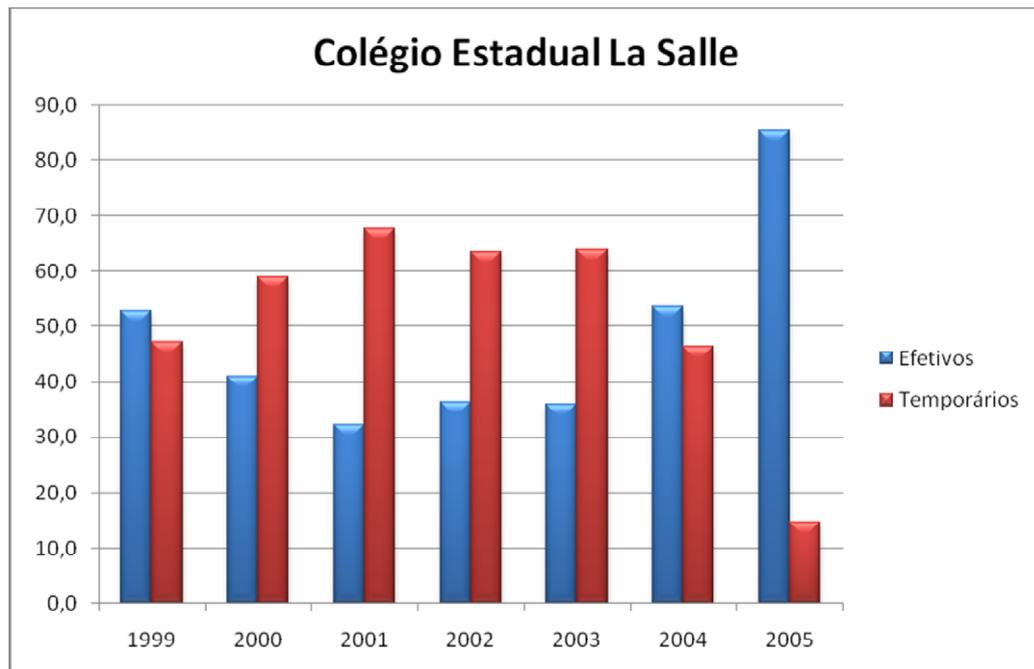
A décima primeira instituição é o Colégio Estadual La Salle, que oferece Ensino Fundamental (5/8ª séries) e Ensino Médio, localizado próximo ao centro da cidade de Pato Branco. Os dados coletados referem-se ao período entre 1999 a 2005.

Tabela 14: Número de professores efetivos e temporários que atuaram no Colégio Estadual La Salle - Ensino Fundamental e Médio.

Ano	Efetivos	Temporários	Total
1999	38	34	72
2000	23	33	56
2001	21	44	65
2002	23	40	63
2003	22	39	61
2004	30	26	56
2005	35	6	41

Fonte: Secretaria do Colégio Estadual La Salle, 2006, Pato Branco/PR.

Gráfico 12: Total de professores efetivos e temporários entre 1999 a 2005, do Colégio Estadual La Salle - Ensino Fundamental e Médio.



Fonte: Secretaria do Colégio Estadual La Salle, 2006, Pato Branco/PR.

Esse quadro mostra que, no ano de 1999, de um total de 2 professores, o número efetivos era de 52,8%, (38 professores) e os professores temporários eram 47,2%, (34 professores). No ano 2000, o número de efetivos diminuiu para 41,1%, (23 professores) e o número de temporários aumentou para 58,9%, (33 professores). De 2001 a 2003, a média de temporários se manteve entre 67,3% e 63,9%, (39 a 44 professores, respectivamente) e de efetivos entre 32,3% e 36,5%, (21 a 23 professores). Em 2004, 53,6% dos professores eram efetivos e 46,4% eram temporários, de um total de 56 professores, sendo portanto, 30 efetivos e 26 temporários. No ano de 2005, em que houve concurso público, o número de efetivos se elevou para 85,4%, mas ainda atuavam no Colégio, 14,6% de professores temporários, de um total de 41 professores, sendo 35 efetivos e 6 temporários.

Os dados investigados nessas onze escolas públicas de Pato Branco e no Estado do Paraná mostram que as mutações do mundo do trabalho, a partir de 1990, estão refletidas no trabalho docente, composto por professores efetivos e temporários. Desde 1991 até o ano de 2005, o número total de professores atuantes em todas as escolas manteve-se nestes 15 anos, com variações para mais ou para menos entre as duas categorias. No entanto, até o ano 2003 os professores temporários representavam um número superior ao dos efetivos. Foram 13 anos em que a maioria dos professores eram temporários.

Constata-se que os trabalhadores temporários (docentes), nas escolas públicas estaduais, não são contratados em casos eventuais, pois os dados confirmam sua superioridade desde 1991, apesar de a legislação prever o contrário. De acordo com a Instrução Normativa nº 9, de 08 de novembro de 1991, no seu Artigo 1º, o trabalho temporário, conforme definido na lei nº 6.019/74, só pode se caracterizar como tal destino a uma necessidade transitória, decorrente de afastamento ou impedimento de um professor efetivo por motivo de férias, auxílio-doença, licença maternidade, etc. Os dados das tabelas apresentadas mostram que os temporários não somente substituem os efetivos, mas ocupam inúmeras vagas excedentes.

A presença do trabalho temporário nas escolas paranaenses é uma realidade demonstrada nesta pesquisa. É o resultado da própria expansão da escola em meio ao desemprego e à precarização do trabalho. O grande número de temporários nas escolas públicas fazem parte de políticas neoliberais que possuem como resultado o sucateamento e a precarização do ensino público.

Verificou-se também que o número de professores foram ora aumentando ou diminuindo com o passar do tempo nas escolas e no estado do Paraná. Em 1991, na Escola Estadual Carmela Bortot e no Colégio Estadual Carlos Gomes, o número total de professores era de 68. Após 15 anos, ou seja, em 2005, o número total de professores era de 76. No Colégio Estadual Castro Alves, na Escola Cristo Rei e na Escola Estadual São Roque em 1992 trabalhavam 88 professores. Passado 14 anos. Em 1994, no Colégio Estadual Agostinho Pereira e na Escola Estadual Rui Barbosa trabalhavam 74 professores. Após 11 anos, ou seja, em 2005, trabalhavam 86 professores. Em 1996, no Colégio Estadual São João Bosco e no Colégio Estadual São João³¹ ministravam aulas 34 professores. Após 9 anos, ou seja, em 2005, trabalhavam nestes estabelecimentos de ensino 86 professores. Em 1999, no Colégio Estadual Pato Branco trabalhavam 78 professores e em 2005, 7 anos depois, eram 76 professores neste estabelecimento de ensino. No Colégio Estadual La Salle, em 1999, ministravam aulas 72 professores. Após 6 anos, ou seja, em 2005, esse número diminuiu para 41 professores.

A nível de Estado ocorre um fenômeno semelhante. Em quatro Núcleos Regionais de Educação diminuiu o número de professores no ano de 2005 em relação a 2004. Nos demais NRE's o aumento foi muito pequeno como mostra a Tabela 15, abaixo:

Tabela 15: Porcentagem de professores nas Escolas públicas estaduais - Ensino Fundamental e Médio entre os anos de 2004 e 2005.

Núcleo Regional de Educação (NRE)	2004	2005	% de aumento de professores.
	Total	Total	
Apucarana	1.256	1.291	1,4
Área Metropolitana Norte	1.863	1.789	-2,0
Área Metropolitana Sul	1.966	1.934	-8,0
Assis Chateaubrian	386	424	4,7
Campo Mourão	974	1.025	2,6
Cascavel	1.618	1.650	1,0
Cianorte	618	629	0,9
Cornélio Procópio	1.031	1.085	2,6
Curitiba	5.954	6.208	2,1
Dois Vizinhos	373	392	2,5

³¹ Em 2005 o Colégio abriu a demanda para alunos de Ensino Médio nos três turnos. Até então havia somente o Ensino Fundamental. Por isso o aumento significativo de professores.

Foz do Iguaçu	1.240	1.239	0,0
Francisco Beltrão	1.155	2.130	29,7
Goioerê	477	496	2,0
Guarapuava	853	906	3,0
Irati	607	653	3,7
Ivaiporã	728	772	2,9
Jacarezinho	925	921	-0,2
Londrina	2.967	3.064	1,6
Maringá	2.383	2.482	2,0
Loanda	442	474	3,5
Paranaguá	911	927	0,9
Paranavaí	816	838	1,3
Pato Branco	1.013	1.072	2,8
Pitanga	382	420	4,7
Ponta Grossa	1.824	1.932	2,9
Telêmaco Borba	547	551	0,4
Toledo	1.251	1.315	2,5
Umuarama	1.095	1.104	0,4
União da Vitória	622	660	3,0
Wenceslau Braz	438	461	2,6
Laranjeiras do sul	508	523	1,5
Ibaiti	425	435	1,2
TOTAL	37.648	39.798	2,8

Fonte: SEED/Departamento de recursos Humanos - Curitiba/PR.

Em março de 2005, a APP se manifestava com várias reivindicações, dentre elas se destacam:

reposição das perdas salariais, ampliação da hora-atividade, pagamento das alterações de licenciatura para os professores temporários, extinção do Paranaeducação e Parana previdência, garantia de formação continuada, implementação do projeto de lei 169/03 que reduz o número de alunos por turma, Alteração nos critérios de distribuição de aulas garantindo o fim das 60h/a semanais e o respeito ao direito a aulas para os educadores e educadoras em licença médica ou licença maternidade, revogação da instrução no 01/04, que obriga o professora repor o dia de trabalho quando afastado para tratamento de saúde, regulação dos contratos de trabalho de professores e funcionários garantindo direitos trabalhistas, etc... (APP-SINDICATO, 2005, p. 27-28).

Tais reivindicações dão indícios sobre as condições do trabalho docente no Paraná. A escola pública tornou-se um local de precarização do trabalho,

essas tendências gerais no mundo do trabalho estão configuradas na rede pública do Paraná.

O decréscimo, e/ou a manutenção, em alguns casos, dos contratos temporários até o ano de 2005, e a efetiva diminuição deles nas escolas significam na realidade uma intensificação do trabalho docente em todo o estado. Estudos realizados por Fiod e Martinelli, em Santa Catarina, demonstram como a intensificação do processo de trabalho docente se faz às custas da diminuição dos trabalhos de temporários.

A esse movimento, um outro se sobrepõe: a obtenção de mais trabalho com menos trabalhadores. A diminuição da quantidade de professores se fez às custas do aumento do número de aulas, tanto para os efetivos, quanto para os temporários. A extinção dos Suportes Pedagógicos e de projetos concomitante à concessão de abonos não teve outra finalidade senão coincidir a carga horária semanal dos professores com a carga didática: um modo de aumentar a exploração intensiva e extensiva do trabalhador da educação. (FIOD e MARTINELLI, 2005, p. 46).

Os dados pesquisados mostram, segundo essa concepção que o professor é um indivíduo submetido às mesmas leis que regem o trabalho produtivo. Ao trabalhador docente não resta opções. Se ele se deixa explorar é porque não possui outra alternativa em um mundo onde se impõe o desemprego. Seus salários são irrisórios e incompatíveis com uma sobrevivência que lhe dê dignidade.

De acordo com Oliveira (2004, p.1140-1141),

em levantamento realizado recentemente, foi possível constatar que as questões salariais e de caráter profissional, aquelas atinentes à defesa dos direitos trabalhistas, ainda são as mais contundentes nas lutas e manifestações dos trabalhadores docentes. Isso se explica provavelmente pelo quadro de precarização das condições de trabalho e de remuneração a que esses profissionais se viram submetidos nos últimos anos.

Sendo assim, essas e outras questões que norteiam este trabalho constituem desafios postos para a reflexão daqueles que se preocupam com a educação pública brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos neste estudo, e demonstrados ao longo do mesmo, incitam algumas reflexões sobre a educação pública no Paraná. Em relação ao processo de coletas de dados, conforme já se anunciou na introdução deste trabalho, o que nos chamou a atenção foi a precariedade quanto à sistematização em relação ao número de professores temporários e efetivos que atuaram nas escolas públicas na década de 1990, recorte de tempo estabelecido para este estudo.

Tal situação torna-se, pois, passível de algumas hipóteses: ou a SEED não possui, de fato, um Banco de Dados sobre a contratação de docentes ou restringe-se em não torná-los públicos. Isso demandaria, no mínimo, estudos mais aprofundados, o que não nos compete nesse momento.

Contudo, por intermédio dos dados coletados foi possível chegarmos a algumas constatações.

A porcentagem de professores temporários, em torno de 50% a 100%, até praticamente o ano de 2005, ultrapassou em algumas escolas o número de professores efetivos. Mesmo nos períodos (1996 e 2003) em que houve concurso público, os temporários sempre se mantiveram na composição do quadro docente. Dentro da categoria “temporários” várias formas são utilizadas para a contratação destes. Coexistem nas escolas, professores que passaram por um teste seletivo, outros passaram apenas por uma seleção simplificada (prova de títulos) e ainda há os professores contratados pela empresa Paranaeducação, uma tentativa de privatizar espaços públicos no Paraná.

Portanto, nesse sentido, os professores temporários, além de serem indispensáveis tornaram-se uma solução encontrada para se obter o enxugamento da máquina estatal, em conformidade com as normas neoliberais que têm imperado nestas últimas décadas.

Isso desvela que o Estado, no que tange à Educação, está atuando de acordo com as normas neoliberais, adotando políticas públicas, com o objetivo de diminuir seus gastos com encargos sociais contratando trabalhadores temporários que prestam serviços públicos, como é o caso dos professores paranaenses.

A terceirização, que surgiu com as mutações no modo de produção no sistema capitalista brasileiro, atingiu o trabalho do professor paranaense. Por meio

de uma empresa criada pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), denominada Paranaeducação, destinada a contratar professores temporários para a rede pública, reforçou-se o movimento de terceirização e/ou precarização do trabalho docente no Paraná, conforme evidenciado pelos dados pesquisados em escola públicas de Pato Branco/PR. A Paranaeducação trouxe insegurança a todos os trabalhadores da educação, pois temia-se uma terceirização ampla em todos os setores do ensino público.

Situando-se o professor temporário no contexto histórico educacional, pode-se verificar que as formas de contratações utilizadas pelo Estado do Paraná são reflexos das mudanças ocorridas no interior do mundo do trabalho. No que tange à eliminação da força humana, o trabalho tem como consequência o aumento do número de desempregados ou desocupados em todo o mundo. Esse contingente de excluídos se submete a quaisquer condições de trabalho, como afirmado por Marx (1983, p. 543): “Cria-se, em grande escala e sistematicamente, um exército industrial de reserva sempre disponível, numa parte do ano dizimado pelo trabalho excessivo mais desumano, noutra, lançado à miséria por falta de trabalho”. Esse exército de reserva a que Marx se refere se estende a todos setores da sociedade, inclusive na educação. O professor temporário também um desempregado, torna-se algo que pode ser a qualquer momento intermediado pelo Estado, um aplicador de política enraizada na lógica da exploração do trabalhador.

Na tentativa de sobreviver, o professor acaba sujeitando-se a condições precárias de trabalho. Submete-se a um contrato temporário, pois, pelo menos, por um período, assegura a sua sobrevivência e a de sua família. Nas instituições escolares a não absorção de pessoal docente pode ser consequência de uma contradição social, ou seja, a intensificação do processo de trabalho para os professores efetivos pode significar o desemprego para os outros na forma de trabalho temporário.

A intensificação da jornada de trabalho ocorre entre os professores efetivos, nas épocas ilustradas pelos dados empíricos, indica um aumento de contratação de efetivos e uma diminuição da contratação de professores temporários. Essa diminuição de professores temporários ocorre devido à intensificação e exploração do trabalho dos professores efetivos

Por fim, pode-se afirmar que o trabalho docente nas Escolas Públicas, no Estado do Paraná, tem atingido de maneira perversa, tanto os professores

temporários, quanto os efetivos. Como trabalhadores, num mundo que prima pelo lucro, o professor está sendo explorado como operário que vende sua força de trabalho para conseguir a sua sobrevivência. Está sendo mal remunerado pela longa jornada de trabalho que desempenha dentro e fora da escola. E sendo contratado por tempo determinado, os encargos sociais conquistados no decorrer da História da educação lhe são suprimidos. O professor temporário vive em constante insegurança causada pela incerteza da utilização ou não da sua mão-de-obra por parte do Estado.

Por fim, após a realização deste estudo evidenciou-se que existem inúmeras questões a serem investigadas na educação. Isso demandaria estudos ainda mais abrangentes sobre a situação dos trabalhadores da educação, no Estado do Paraná, o que poderia contribuir para mudanças na escola pública e que essas mudanças pudessem, quem sabe, ajudar a construir um mundo mais justo para os trabalhadores do setor da Educação, assim como para todos os demais trabalhadores brasileiros.

REFERÊNCIAS

ALBORNOS, S. **O que é o trabalho**. São Paulo, Brasiliense, 2002.

ALVES, Giovanni. **O novo e precário mundo do trabalho - reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDREIEV, L. **A conversão do diabo**. In: Maravilhas do Conto Russo. Introd. e notas de Edgard Cavalheiro. Org. Diulas Riedel. Seleção de Serge Ivanovitch. 2. ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 1958, p. 221 a 251.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e a sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

APP. **A escola como território de luta**. Caderno de debates. IV Conferência Estadual de Educação da APP – Sindicato. 2005.

_____. **Governo sanciona projeto de lei que acaba com “quarentena” dos PSS, 2007**. <http://www.app.com.br/portalapp/noticiaconteudo.php?id=1551>, acessado em: 07/09/2007.

BONFIGLIOLI, J. **Trabalho Temporário - aspectos legais, jurídicos e sociais**. 5. ed. Set./ 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

CAMPANA, Priscila. O impacto do neoliberalismo no direito do trabalho: desregulamentação e retrocesso histórico. **Revista de informação legislativa**. Brasília a. 37n. 147 jul/set. 2000.

CHAUÍ, M. In. **O direito a preguiça**. LAFARGUE, Paul. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Hucitec, UNESP, 1999.

CNTE. **Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação**. 2006.

CODO, Wanderley. **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes. (Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação: Universidade de Brasília. Laboratório de Psicologia do Trabalho, 1999)

CONCEIÇÃO, M.; CONCEIÇÃO, J. J. **Diretrizes para uma legislação sobre as relações de trabalho em atos de terceirização**. Jus Navigandi, Teresina,

ano 9, n. 824, 5 out. 2005. Disponível em: [HTTP://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7382](http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7382). Acesso em: 20 abr. 2007.

CURI, F. Professor sob pressão. **Revista Educação**. Ano 10, n. 119, março de 2007, p. 30-36.

CUT. **Emprego, terra, salário e cidadania para todos. Propostas de resoluções da Artsind** (articulação sindical), 2000.

Desregulamentação e retrocesso histórico. Brasília, a.37, n.147, jul/set, 2000.

FIGUEIRA, Fani G. **Diálogos de um novo tempo**. São Paulo, USP, 1985. (Tese de doutorado em ciências sociais)

FIOD, E. MARTINELLI, E. **Desqualificação do trabalho docente em Santa Catarina: um estudo de caso**. Joaçaba, SC: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2005.

FORUM NACIONAL DE LUTA POR TRABALHO, TERRA E CIDADANIA. **Seis anos de governo Lerner no Paraná**. 1999.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. I, 1983.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.

MINUZZO, C. Políticas públicas em educação nos governos Lerner: o desmonte da escola pública. **Revista Educação e Utopia**. Colégio e Faculdade Pe. João Bagozzi. 2003.

NOVA ESCOLA. **A força dos temporários**. Edição 201, abril de 2007. Disponível http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0201/aberto/mt_220153.shtml#topo. Acessado em: 29/08/2007.

OLIVEIRA, Andrade Dalila. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização**. Educação e Sociedade. Campinas, SP, vol. 25, n. 89, Set./Dez. 2004, p. 1127-1144.

PARANÀ. **Distribuição de aulas extraordinárias – Resolução nº 4106/2004**. Governo do Paraná. Secretaria do Estado da Educação, Dez./ 2004.

PITON, I. M. **Políticas educacionais e movimento sindical docente: reformas educativas e conflitos docentes na Educação Básica paranaense**. 2004, 261p. (Tese de Doutorado em Educação – Universidade Estadual de Campinas de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo)

POCHMANN, Marcio. **O Trabalho**. São Paulo: Publisher Brasil, 2002.

_____. **O Trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. IDG now. **Gestão profissional.** Entre 1995 e 2005, um a cada três empregos criados era terceirizado, 2006. Disponível em: http://idgnow.uol.com.br/carreira/2006/09/04/idgnoticia.2006-09-04.2880452252/IDGNoticia_view.

_____. **Economia do trabalho.** O Estado, São Paulo, 12/06/1997. Disponível no site www.eco.unicamp.br/artigos/artigo76.htm. Acesso em: 20/03/2007.

_____. **A destruição gradual do estatuto do trabalho.** Publicado no Jornal Estado de São Paulo em 12/6/97. Disponível no www.eco.unicamp.br/artigos/artigo76.htm. Acesso em: 20/03/2007.

SEED. **Paranaeducação:** A solução do Paraná para a melhoria da gestão do sistema estadual de educação. Secretaria de Estado da Educação, 1997.

_____. **Paranaeducação.** Educação, n. 35, setembro, 1999.

_____. **Dez anos de educação no Paraná.** Secretaria de Estado da Educação. Curitiba, 2001.

TROJAN, R. **Profissionais da educação e precarização do trabalho.** Caderno Pedagógico 3. APP Sindicato, junho, 2002.

UNESCO. **O perfil dos professores brasileiros:** o que fazem, o que pensam, o que almejam. Pesquisa Nacional UNESCO, São Paulo: Moderna, 2004.

Sites consultados:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L0605.htm>. Lei Federal 605/1949. Acesso em: 01/10/2007.

<http://www.app.com.br/portalapp/legislacaoestadual.php?id1=13>. Lei Complementar 103/2004. Acesso em: 01/10/2007.

<http://www.app.com.br/portalapp/legislacaoestadual.php?id1=16> - Lei Ordinária nº. 6.174/70. Estatuto do Funcionário Público.

http://www.app.com.br/portalapp/APPSite/varios/edicao_pedagogica.pdf. Pesquisa referente ao Sistema de Assistência à saúde – SAS, 2007. Acesso em: 03/11/07.

<http://www4.pr.gov.br/escolas/listaescolas.jsp>. Acesso em: 28/11/2007

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)